



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – UNIGRANRIO

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPEP)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E
ARTES – PPGHCA**

HÉLIO NOVAES

A Solidão do monumento em homenagem a D. Pedro I:

Um conflito de memórias.

DUQUE DE CAXIAS

2017

HÉLIO NOVAES

A Solidão do monumento em homenagem a D. Pedro I:

Um conflito de memórias.

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES E CULTURAS E ARTES
– PPGHCA da Universidade do Grande Rio, como requisitos a
obtenção do grau de Mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima

DUQUE DE CAXIAS

2017

Hélio Novaes

Dissertação apresentada, ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HUMANIDADES E CULTURAS E ARTES – PPGHCA da
Universidade do Grande Rio, como requisitos a obtenção do grau de
Mestre em Humanidades, Cultura e Artes.

Aprovada em 18 de abril de 2017.

Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dra. Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima
UNIGRANRIO

Banca Interna: Prof.^a Dra. Ângela Maria Robert Martins
UNIGRANRIO/UERJ

Banca Externa: Uhelinton Fonseca Viana
UFRRJ/AMTCDC

Este trabalho é dedicado à minha família, ou aquilo que temos como um porto seguro: Ana, Juliana e Heliana por ser a minha vida pulsante; Darlan A. Gomes por simplesmente ser meu amigo em todos os momentos desta vida tão veloz e cara aos sentimentos; Dorival Novaes por me proporcionar a possibilidade de ter a cultura como caminho; Jayme Novaes (*in memoriam*) pelos incríveis discos nas tardes de sábados na Rua 24 de maio, casa 10; Alan Novaes pelos vários filmes em tantos cinemas na Cidade do Rio de Janeiro; Djalma Novaes, Juçara Novaes (*in memoriam*), Dina Novaes e Jacqueline Novaes pelos momentos de estar juntos que só os Novaes conseguem; Djanira Novaes, a mãe, por não nos deixar esquecer que temos um passado e, por fim, ao esquecimento que nos permite lembrar.

AGRADECIMENTOS

À Professora Jaqueline de Cássia Pinheiro Lima, orientadora, cujas intervenções, correção de caminho e exploração de temas foram fundamentais para as análises aqui apresentadas.

Ao professor Elias Tomaz de Souza Junior (Gandhi), pelo apoio e longos debates sobre a Cidade do Rio de Janeiro e vários outros temas. Uma amizade de mais de 20 anos.

Ao professor José Nilton Bezerra de Lima, pelas indicações e conversas, através de cartas, em que a literatura se fez presente.

Ao professor José Lessa de Gouvêa, pelas correções dessa extraordinária Língua Portuguesa e interesse pelo tema, em conversas de mesa de bar.

À minha família que escutava meus entraves com a memória e o esquecimento em deliciosos cafés da manhã.

“No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar pelo exato dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso...”

João Guimarães Rosa (Grande Sertão: Veredas)

RESUMO

A Dissertação aqui apresentada tem o objetivo de compreender as memórias e seus conflitos que foram produzidas com a construção do monumento na Praça Tiradentes, centro do Rio de Janeiro, em homenagem a D. Pedro I. Muito mais que uma escultura em uma Praça pública, o monumento apresenta uma quantidade de indagações significativas do que hoje representa o estudo da memória: uma Praça com o nome que não representa o homenageado no monumento. Um conflito de memórias que ultrapassou o século XX e no presente, sem paralelo na história da humanidade, corroído pelo esquecimento. O que representa esse monumento para a Cidade do Rio de Janeiro e seus cidadãos e como os monumentos modernos perderam o sentido histórico que os sustentavam, são as principais análises aqui apresentada.

Palavras-chave: Monumento, Memória, Esquecimento, D. Pedro I, Tiradentes

ABSTRACT

The Dissertation presented here aims to understand the memories and their conflicts that were produced with the construction of the monument in the Tiradentes Square, center of the city Rio de Janeiro, in honor of D. Pedro I. Much more than a sculpture in a public square, the monument has a number of significant questions of what today is the study of memory: one square with his name that is not honored in the monument. A conflict of memories that exceeded the twentieth century and the present, without parallel in human history, eroded by forgetfulness. What is this monument for the city of Rio de Janeiro and its citizens and as modern monuments have lost the sense of history that sustained, are the main analysis presented here.

Keywords: monument, memory, Forgetfulness, D. Pedro I, Tiradentes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Família Real Brasileira.....	17
Figura 2 – D. Antônio de Orleans e Bragança.....	17
Figura 3 – Inauguração do Monumento em homenagem a D. Pedro I.....	18
Figura 4 – Inauguração do monumento em homenagem a D. Pedro I.....	19
Figura 5 – Monumento equestre em homenagem a D. Pedro I.....	48
Figura 6 – Nascimento de D. Pedro I	53
Figura 7 – Dia do Fico.....	53
Figura 8 – Aclamação de D. Pedro I como primeiro Imperador.....	54
Figura 9 – A Fidelidade.....	56
Figura 10 – A Justiça.....	56
Figura 11 – A Liberdade.....	57
Figura 12 – A União.....	57
Figura 13 – Tiradentes: Décio Vallares.....	66
Figura 14 – Monumento em homenagem a Triadentes.....	66
Figura 15 – Carnaval na Praça Tiradentes 2016.....	75
Figura 16 – Carnaval na Praça Tiradentes 2016.....	75
Figura 17 – Feira de Artesanato e Gourmet 2016.....	76

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	O ESPAÇO QUE PERTENCE A MEMÓRIA.....	15
1.1	A memória e o monumento: lembrar para esquecer.....	24
1.2	Halbwachs e Nora: a memória que permanece.....	27
1.3	Bergson e Pollak: o inchaço do presente.....	33
2	A PRAÇA NA CIDADE: A INSISTÊNCIA DA MEMÓRIA.....	39
2.1	A memória ocupando o espaço.....	42
2.2	Praça Tiradentes: lugar de lembrar e esquecer.....	46
2.3	O monumento a D. Pedro I: a tentativa de não esquecer.....	48
2.4	Tiradentes e a problemática do lugar.....	59
3	O MONUMENTO FORA DO LUGAR.....	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

Não nasci nesta cidade. Cheguei ao Rio de Janeiro no começo dos anos 1970, precisamente em 1972. Anos difíceis.

A cidade do Rio de Janeiro “abraçou” minha família como todo carioca abraça um desconhecido quando a ele é apresentado: carinhosamente, calorosamente. Vi o mar pela primeira vez no verão de 1972. As belas e famosas praias da cidade são o primeiro lugar procurado pelos turistas e os que deixavam sua terra natal, no meu caso, Governador Valadares, em Minas Gerais. Uma sensação inexplicável. Posso listar quantas vezes eu presenciei esse momento: o nascimento das minhas filhas e quando consegui ler pela primeira vez o Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa.

Tive o privilégio de não somente ver o mar e a impressionante faixa de areia, ponto de encontro de todos os cariocas e turistas. Tendo ao lado irmãos que cultivavam – e ainda cultivam – uma paixão pela leitura, cultura, a história e suas transformações, fui apresentado aos lugares históricos da Cidade do Rio de Janeiro com visitas aos espaços públicos e, principalmente, conhecendo os cinemas e teatros da cidade.

Nos anos 70 do século XX, os cinemas e teatros da cidade localizavam-se em ruas e praças onde podíamos caminhar pela história da cidade e do país antes de “ver” outras histórias na tela grande ou em palcos. Cinemas como o Metro Boavista, na Rua do Passeio, na Cinelândia, Pálace 1 e 2, na mesma rua, e o Cine Odeon, no Passeio, eram cultuados por sua beleza arquitetônica e seu conforto. Depois do filme, um breve bate-papo em um dos botequins da Rua Senador Dantas terminava nossa tarde. Andei muito pelo centro da cidade conhecendo suas vielas e caminhos, calçadas e prédios, monumentos e praças. Assim, pude conhecer o Passeio Público, a Cinelândia, a Praça Quinze, Praça Tiradentes, Tijuca, Copacabana e outros locais de memórias da cidade.

A faculdade de História, no fim dos anos 1980, era o caminho natural. Vivíamos tempos de “recuperação” das histórias dos bairros e cidades, uma valorização das histórias esquecidas ou subjugadas pela história oficial (Pollak, 1989), principalmente as questões relacionadas à memória. Temas como o Holocausto, Nazismo, Comunismo, as cidades antigas com seus bairros e Monumentos pairavam no ar como fantasmas. Apesar de assistirmos o fim das grandes

narrativas históricas, não dava para esquecer o caminho destas narrativas. A memória tornou-se ponto chave dos debates em sala de aula e os diversos seminários ao longo de cinco anos dentro dos muros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Contaminado pelo tempo na Universidade, duas linhas de pensamento me ocupavam com mais profundidade. A Pós-Modernidade, conceito muito debatido e combatido no bar da Cristina, atual Loreninha em frente à UERJ, local de encontro dos grupos de estudos; o outro tema, não menos relevante, era a memória. As novas formas de guardar e conservar os documentos, a preservação dos objetos e sua importância para o porvir, o que temos que preservar (se temos), fincaram meus desejos e vontades no que pretendia em relação à profissão que escolhi. Dentro destes aspectos, meu olhar para o centro da cidade do Rio de Janeiro e seus monumentos, faz parte de um longo caminho. Tudo a ver com história.

Foi somente ao encontrar o curso de Pós-Graduação da Unigranrio, na segunda década do século em curso, que senti vontade de por em prática o que eu tinha como pontos de interrogação em se tratando de memória e monumento.

O monumento em homenagem a D. Pedro I, incólume em uma praça que não leva o seu nome, foi o escolhido. Mais do que um monumento a um imperador, ele representa também uma obra de arte, uma relação com o passado e o presente, uma relação com a memória e seus conflitos. No meio da praça tem um monumento. Uma pedra no meio do caminho?

Quando o Monumento equestre em homenagem a D. Pedro I foi reinaugurado em 30 de março de 2012, a população da cidade e os turistas puderam ver toda a beleza dessa obra de arte dentro de um dos espaços mais charmosos da Cidade: a Praça Tiradentes. Podíamos agora apreciar toda a sua extensão e todos os elementos artísticos que a compõe. Ficaram visíveis os Brasões do Império Brasileiro nas pedras portuguesas, nas estátuas em que fazem referências às virtudes das nações e, principalmente, o monumento dominando as atenções. Como um espaço que parece ter sido construído em nosso presente, a Praça Tiradentes convida todos para um passeio pela história do Rio de Janeiro, da Família Imperial e do Brasil.

Ao mesmo tempo em que a Praça espelha as várias histórias possíveis em seus monumentos e desenhos artísticos, ela deixa escapar um conflito persistente: o conflito de memórias. O nome da Praça Tiradentes, não representa o principal monumento inserido em seu interior. E foi justamente isso que me impeliu em buscar as bases desse conflito que representam um paradoxo na ideia de que os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político e

sua característica principal é manter a história congelada no tempo para que gerações futuras possam associar-se a eles como um passado coletivo, como nas palavras de Jacques Le Goff (1990):

O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e a reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 1990, p. 447).

O conflito de memórias está presente na Praça Tiradentes de forma muito clara quando tentamos associar o nome da Praça com o homenageado no monumento.

A busca por informações, tanto sobre o monumento como sobre a Praça Tiradentes, levou-me a percorrer uma grande produção bibliográfica referente ao assunto. Muito se produziu sobre a Praça Tiradentes ao longo desses anos, desde o momento em que a República trocou o nome da Praça da Constituição para o de Praça Tiradentes em 1890.

Percorrer clássicos de nossa literatura como *“Uma Cidade Nos Trópicos – São Sebastião do Rio de Janeiro.”*, de Miriam de Barros Latif de 1965, *“Rio de Janeiro do Meu Tempo.”*, de Luís Edmundo, livro publicado em 1938, *“História das Ruas do Rio de Janeiro.”*, de Brasil Gerson produzido em 1955, Delgado de Carvalho (1994), José Murilo de Carvalho (1987 e 1990) foram algumas das imprescindíveis consultas feitas em relação tanto a história da Praça Tiradentes, da Cidade do Rio de Janeiro, quanto à história do Brasil. Foi um dos prazeres deste trabalho.

O aprofundamento no que diz respeito à memória, ou aquilo que tentamos guardar do passado, levou-me a novos questionamentos em relação ao que realmente lembramos, principalmente, o esquecimento, ou que realmente queremos esquecer. Por isso, fundamentais foram as leituras de Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Henry Bergson, Jacques Le Goff, Hannah Arendt, Françoise Choay, Alois Riegl. Para não ficar apenas nos clássicos, a leitura de *“O Que é Memória Social?”* (2005), de Jô Gondar e Vera Dodebei, *“A Memória, a história, o esquecimento.”*, (2007), de Paul Ricœur, Marc Augé em *“Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.”* (2012), produziram um quadro, não totalmente completo, mas esclarecedor do que estamos vivenciando hoje sobre a reminiscência.

A partir das bibliografias citadas, o trabalho aqui apresentado ficou dividido em três partes: o capítulo 1 (O Espaço que Pertence a Memória) faz uma análise do espaço em que o monumento

em homenagem a D. Pedro I ocupa na Praça Tiradentes e as várias definições para o conceito de memória. O significado de lembrar o passado e mantê-lo é analisado e, como balizador, o monumento e sua interação com o presente; no capítulo 2 (A Praça na Cidade: A Insistência da Memória), percorremos a construção de múltiplas memórias em que a Praça Tiradentes sofreu ao longo dos séculos desde quando, no imaginário popular, o espaço chamava-se Rossio Grande, o momento em que o monumento em homenagem a D. Pedro I estabelece um vínculo com o passado e faz a memória e a história ocuparem o lugar e, como a imposição de uma memória peculiar, a do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, provocou o conflito de memórias que faz o monumento não ser reconhecido de imediato; o capítulo 3 (O Monumento Fora do Lugar) procura fazer os apontamentos sobre o como o monumento encontra-se solitário – a partir do conceito de “Não Lugares” de Marc Augé – em uma cidade cada vez mais veloz e uma população que não sente mais os laços tradicionais que os uniam em um passado comum representado na obra de arte do francês Louis Rochet¹.

Espero que todo o caminho percorrido por mim no que se refere à história e suas representatividades, um vício do passado, possa ser compartilhado neste breve trabalho.

¹ Louis Rochet (1813-1878) – Escultor francês especializado em monumentos equestres e realizou diversas obras no Brasil.

CAPÍTULO 1 – O ESPAÇO QUE PERTENCE À MEMÓRIA

Praça Tiradentes, Rio de Janeiro, hora do rush. Uma massa uniforme de pessoas avança nos limites que definem este espaço tão popular na cidade maravilhosa. Passos rápidos de uma maré humana atravessam seus pontos cardeais.

As pessoas chegam pela Rua da Carioca, Avenida Senhor dos Passos, Rua da Constituição, Avenida Visconde de Rio Branco e, até mesmo, pela antiga Rua D. Pedro I. A Praça Tiradentes apresenta-se como um vibrante espaço, 24 horas, dando a nítida dimensão da importância desse lugar. Um lugar estratégico nos dias de hoje e vital para a cidade, pois representa um dos principais pontos de referência para se chegar ao centro financeiro e turístico da Cidade do Rio de Janeiro. Faz parte, também, de importante localização para liberação do fluxo dos transportes urbanos em uma cidade cada vez mais engarrafada.

Muito popular na cidade, a Praça Tiradentes sempre foi um local de boemia, prostituição e encontro de movimentos populares. Desde os tempos em que ainda era chamada de Praça da Constituição, a Praça sempre teve a fama de um lugar de mulheres que “fazem mau uso do corpo em lugar público ou privado mediante paga”. (OLIVEIRA, 2000). Os motivos desta fama estão relacionados aos anos de abandono, por parte do poder público, que faziam da praça um local perigoso e insalubre.

As intervenções urbanas, produzidas nos anos de 2011 e 2012, mudaram um pouco este cenário deixando a praça mais limpa, clareando-a, dando um aspecto nostálgico e, ao mesmo tempo moderno.

A prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com o Governo Federal, fez importantes modificações urbanísticas, buscando uma maior mobilidade tanto para os pedestres como para os transportes coletivos. Muitas linhas de ônibus que tinham sua parada final na praça foram remanejadas ou até mesmo tendo suas concessões encerradas. Ruas foram recapeadas e pavimentadas com suas dimensões, em certos casos, aumentadas para que um número maior de veículos pudesse fazer o trânsito fluir mais rápido. Foram reformados edifícios históricos em seu entorno que remetem aos tempos do Império Brasileiro (1822-1889) como o Solar Visconde do Rio Seco, a Igreja do Santíssimo Sacramento e o Teatro João Caetano, antigo Real Teatro São João.

Dentro de seus limites, a Praça Tiradentes também sofreu uma considerável intervenção nesse período de reformas. Todo o gradeamento em seu entorno, que a protegia dos moradores de rua e vândalos dificultando o trânsito no seu interior durante o dia e à noite, foi retirado para que os pedestres pudessem transitar livremente e apreciar sua beleza natural e arquitetônica. O calçamento de pedras portuguesas foi todo refeito mostrando a beleza dos desenhos dos brasões do Império; as estátuas que fazem referências às “virtudes das nações modernas” (Fidelidade, Justiça, Lealdade e União), depois de um longo período fora do seu espaço original, foram recolocadas em cada ponta da praça, como era em 1865, ano em que essas estátuas foram inseridas na praça. E, principalmente, a reforma e limpeza do monumento em homenagem a D. Pedro I, que completara 150 anos de inauguração em 2012.

Segundo o Subsecretário Municipal de Patrimônio Cultural, da época, Sr. Washington Farjado, essas intervenções teriam como objetivo a “revitalização do espaço onde a praça está situada, aumentando o fluxo de pedestre”². Ao mesmo tempo, as intervenções procuraram recuperar os aspectos originais de quando a Praça estava caracterizada em 1865, quando ela ainda chamava-se Praça da Constituição.

Com essas profundas intervenções urbanas, a Praça Tiradentes foi palco, no dia 30 de março de 2012, numa sexta-feira, da homenagem em comemoração aos 150 anos do monumento equestre a D. Pedro I, com a presença da família Real Brasileira na pessoa do Príncipe Dom Antônio João de Orleans e Bragança, chefe da casa imperial no Brasil, trineto do Imperador D. Pedro II com a Imperatriz do Brasil Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias (1822-1889). Foi um dia de festa e comemorações que, pelas fotos de divulgação do evento (figuras 1 e 2), a maioria dos pedestres, que passavam apressados, não estava entendendo muito bem o que ocorria. Alguns alunos de escolas públicas e a banda do Corpo de Bombeiros, vestidos com os antigos uniformes dos Dragões do Império e o secretário de transporte em 2012, Carlos Roberto Osório, faziam-se presentes.

² Blog Monarquia do Brasil. Sítio: <http://diretóriomonarquicodobrasil.blogspot.com.br/2011/08/praca-tiradentes-vamos-preservar-o.html>.

Figura 1 – Dom Antônio, princesa Cristine e o Secretário de Transporte Carlos Roberto Osório



Fonte: <http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com.br/2012/04/monumento-dom-pedro-i-completa-150-anos.html>.

Figura 2 – D. Antônio de Orleans e Bragança



Fonte: <http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com.br/2012/04/monumento-dom-pedro-i-completa-150-anos.html>.

O discurso do príncipe Dom Antônio, para uma plateia minguada, alertava para a recuperação e preservação da memória de um ilustre antepassado seu, que “Fora o fundador do nosso império, e tinha um grande amor pelo nosso país”³.

Nesta mesma data, 30 de março, há 150 anos, em 1862, a honra do discurso coube ao Imperador D. Pedro II (1825-1891), o filho e herdeiro de D. Pedro I. Na ocasião, nas fotos de inauguração do monumento (figuras 3 e 4), preservadas ainda hoje, podemos constatar um número considerável de pessoas presentes ao evento: além da família imperial, a aristocracia do Império Brasileiro, cidadãos livres e escravos amontoavam-se dentro da praça para conhecer o monumento⁴.

Figura 3 – Inauguração da estátua equestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro



Fonte: HERSTAL, S. D. Pedro. São Paulo, MEC-Lisboa, Min. Neg. Estrangeiros, 1972. v. II, p. 247.

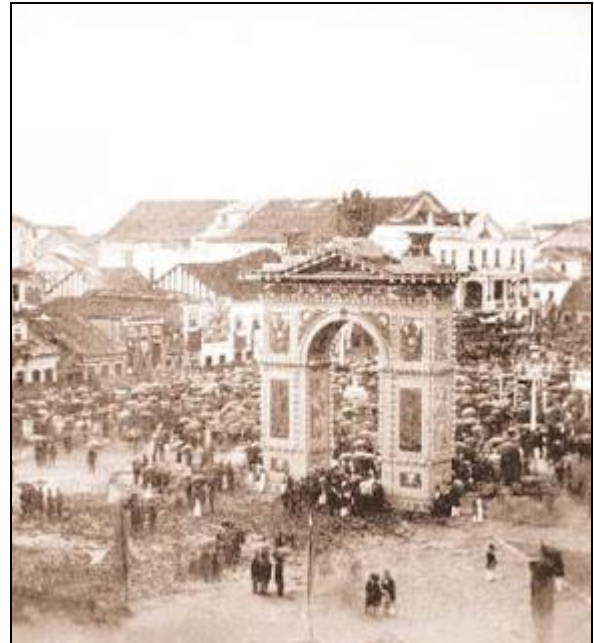
³ Blog do Império. Sítio: <http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com.br/2012/04/monumento-dom-pedro-i-completa-150-anos.html>:

⁴ Blog História dos Monumentos. Sítio: <http://www.ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00->

Figura 4 – Inauguração da estátua equestre de D. Pedro I no Rio de Janeiro



(a)



(b)

Legenda: (a) – momento anterior a inauguração; (b) – momento da inauguração.

Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/searchq=d.+pedro+i>.

As imagens separadas no tempo produzem dois quadros bem distintos cuja referência é a Praça e o monumento a D. Pedro I. No primeiro momento, em 1862, uma significativa quantidade de súditos – ainda sob o regime monárquico, cultuando ou admirando em si o monumento que ora inaugurava-se – participa do evento e o transforma em um dia especial para a cidade, capital do Império do Brasil; no segundo momento, em 2012, mais de cem anos de República, nota-se uma melancolia dos atores presente – Família Real, alguns alunos, Corpo de Bombeiros, poucos cidadãos e um secretário representando o poder público.

A homenagem aos 150 anos da inauguração do monumento apresenta um esvaziamento de público – autoridades e cidadãos comuns – diante de um momento tão importante para a construção da memória da Praça Tiradentes e da própria cidade. Diminuindo a intensidade do seu significado, em relação ao de 1862. A homenagem ao monumento a D. Pedro I, o primeiro monumento em via pública no Brasil, faz-nos perceber a profundidade do esquecimento em que esse lugar de memória está produzindo e, conseqüentemente, alimentando o paradoxo de memórias existentes no lugar.

Segundo o geógrafo Yi Fu Tuan (1983) as ideias de espaço e o lugar não podem ser definidas uma sem a outra e o “*o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significação*”. É na construção de significados e seu planejamento, dentro do espaço que podemos nos relacionar e nos “comportar” melhor.

Por último, a arquitetura “ensina”. Uma cidade planejada, um monumento, ou até uma simples moradia pode ser um símbolo do cosmo. Na falta de livros e instrução formal, a arquitetura é uma chave para compreender a realidade. (TUAN, 1983. p. 03).

Dentro desses aspectos, o espaço é marcado pela experiência, percepção e valores, que podem ser experimentados pelo cidadão como uma relação íntima. O espaço, antes de ser compreendido, tem de ser “experienciado”, vivenciado, aceito a tornar-se um lugar.

O espaço de construção da Praça Tiradentes passou ao longo desses 150 anos por ocupações de memórias das mais diversas referências e vem adquirindo significação e significados que faz o cidadão da cidade do Rio de Janeiro sentir-se dentro da história. É o monumento que homenageia o primeiro imperador do Brasil, que faz a Praça ser um espaço percebido como um lugar de memória e, conseqüentemente, um lugar para contar o passado, o nosso passado. No presente, podemos viver o passado contemplando esse monumento que passa de um século e meio de inaugurado.

Mas apesar da revitalização do espaço e de todas as transformações em que a Praça Tiradentes sofreu no presente, o monumento em homenagem a D. Pedro I apresenta a contaminação pelo esquecimento que estamos vivenciando com tanta rapidez no presente. Restaurado, limpo e protegido o monumento apesar de apresentar em seus símbolos um desejo de construção de nação, não parece ter mais esse significado para o cidadão comum – aquele do dia a dia – que conta algo de sua história, um pedaço do seu passado, a lembrança que ficou para o futuro.

Essa falta de significados no nosso presente, em que o monumento em homenagem a D. Pedro I está inserido hoje, perturba nossa memória. Esta perda de sentido está ligada, principalmente, ao conflito de memórias que perdura desde o fim do século XIX.

Temos uma Praça com o nome de um herói, para os republicanos, e, em seu centro, uma estátua de um imperador que libertou nossa nação do controle de Portugal e era apaixonado pelo

Brasil e, segundo os monarquistas, um herói. Mas, O personagem que dá o nome ao lugar, Tiradentes, um herói republicano, não é representado no monumento: a estátua equestre homenageia D. Pedro I. O monumento não define o lugar. Em um lugar que guarda parte da história de um povo, de uma nação, temos um conflito de memórias.

Ao longo de todos esses anos – boa parte do século XIX e todo o século XX praticamente – essa questão estava sempre em debate por grupos pertencentes tanto do lado dos Monarquistas, quanto do lado Republicano. Como no dia da inauguração da estátua nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*⁵, o jornalista Teófilo Benedicto Ottoni questionava a homenagem a D. Pedro I lembrando que tanto a “*independência não era obra de um único homem, quanto a Constituição foi outorgada e não uma construção da Assembleia Constituinte*”⁶. Em apoio a Monarquia, o *Jornal do Comércio* produzia artigos carregado de simpatia ao monumento. Em artigo publicado também no mesmo dia 30 de março de 1862, o jornal clamava D. Pedro I “*sem dúvida alguma, o herói desta revolução*” referindo-se ao processo de independência do país⁷.

Muito mais que um monumento no meio da Praça, e se o homenageado merecia ou não a homenagem, a mudança do nome da Praça em 1890, de Praça da Constituição para Praça Tiradentes, apresentava um outro tipo de disputa pelo passado que se deseja preservar: o herói. A mudança de nome da Praça um ano após a tomada do poder pelos republicanos, partia do princípio de que era fundamental caracterizar Tiradentes como o verdadeiro herói do povo brasileiro. Destituir um herói e colocar outro em seu lugar era agora a missão e a disputa pelo espaço tomou novo sentido a partir do momento em que os republicanos julgavam que no mesmo lugar em que Tiradentes fora enforcado, ergueram uma “*mentira de bronze.*”⁸

A ocasião e o local eram a própria materialização do conflito. No lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha da rainha que o condenara à morte infame. Teófilo Ottoni, o liberal mineiro líder da revolta de 1842, chamou a estátua de mentira de bronze e a expressão virou grito de guerra dos republicanos. (CARVALHO, 1990, p. 60).

⁵ *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 30 de março de 1862.

⁶ Teófilo Ottoni (1807-1869). Jornalista, comerciante, político e empresário brasileiro.

⁷ *Jornal do Comércio*. 30 de março de 1862.

⁸ Teófilo Ottoni. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 30 de março de 1862.

Em 1893, por ocasião das comemorações do 21 de abril, houve uma tentativa de encobrir a estátua de D. Pedro I, protestos tanto de monarquistas como de republicanos forçaram o cancelamento das festividades em homenagem a Tiradentes.

A Praça tornou-se um palco de conflitos de grupos sociais que buscavam a consolidação de suas lembranças para as futuras gerações. Manter sua memória para a prosperidade. A disputa entre monarquistas e republicanos era acirrada e postulava uma conquista não somente ideológica, mas também de grupos sociais desejosos em manter sua história.

Mas, como vimos no presente, a reforma no espaço da Praça produziu um vazio de tudo: grupos, cidadãos comuns e autoridades. Uma inauguração de algo que já não tem mais sentido de estar ou de permanecer no nosso presente.

Em 29 de março de 2012, a colunista Marcia Peltier publica a seguinte nota com o título “Do povo e dos nobres”:

Dom Antônio, de Orleans e Bragança e a princesa Cristine de Ligne vão representar a família imperial brasileira, amanhã, às 10 h, na cerimônia promovida pela Secretaria de Conservação para a entrega da Praça Tiradentes restaurada. Além de ostentar a estátua equestre de Dom Pedro I e o brasão das armas do império no desenho do seu piso em pedras portuguesas, a relação da praça com a nobreza brasileira é grande. Foi da sacada do real teatro São João, onde agora se ergue o João Caetano, que o príncipe-regente D. Pedro jurou fidelidade à Constituição Portuguesa. (PELTIER, 2012, p. A-12)⁹.

Apesar do título “Do povo e dos nobres” fazer uma referência à disputa secular pela ocupação do espaço da Praça Tiradentes entre os monarquistas e republicanos, dando mais ênfase aos elementos que representam a nobreza como o monumento, o brasão e as pedras portuguesas, a pequena nota no final da página da colunista social em um dos jornais que, na época de inauguração do monumento participava ativamente do conflito, representa um sintoma do esquecimento propiciado pelo tempo.

O monumento equestre em homenagem a D. Pedro I foi reinaugurado no dia 30 de março de 2012 diante de alguns curiosos. Nada lembrava mais o dia de sua inauguração em 30 de março de 1862 e dos embates criados antes mesmo de sua instalação no meio da Praça da Constituição.

⁹ Marcia Peltier. Jornal do Comércio. 29 de março de 2012. Ed. 120. p. A-12.

Diante da inevitável reminiscência em que vivemos, os monumentos expostos em vias públicas das grandes cidades perturbam o presente. Desaparecendo do campo de visão do cidadão comum, tanto pelo fato de não ter significado para eles no presente, como seu apagamento no sentido histórico, os monumentos insistem em existir tanto por ser um símbolo do passado para poucos que dele sabem suas referências como uma obra de arte em uma via pública.

Por vivermos em um presente sem paralelo no tempo em que a humanidade produz sua história com tanta velocidade, o passado virou uma incrível caixa de Pandora. Ao mesmo tempo em que tentamos guardar o máximo de passado possível, o esquecimento produz sua obra. A explosão de passados no presente que nos impele a resgatar o passado são apenas mostras de memórias esquecidas de grupos sociais esquecidos ou derrotados nas batalhas pelas imposições de memórias?

A memória que forjou o monumento imprimiu sua marca no passado e, ao mesmo tempo, produziu também o esquecimento. Qual a representatividade do monumento em nosso presente?

Solitários e parecendo não pertencer nem representar nada de importante no presente, os monumentos nos impelem a decifrá-los.

A diversidade do que hoje pode representar um monumento cravado no centro de uma Praça e dentro de uma grande cidade, nos faz procurar/abordar o sentido do que entendemos como memória e o esquecimento em um presente que fabrica o seu próprio tempo, um tempo sem o sentido de tempo e espaço na história e não guarda mais significados com o futuro. Mas, os passados permanecem nos monumentos espalhados pelas cidades a espera de um olhar mais demorado e profundo na tentativa de desvendá-los.

1.1– A memória e o monumento: lembrar para esquecer

“Tudo na vida é memória, exceto a fina camada do presente”. Michael Gazzaniga¹⁰

Nos limites geográficos que formam a Praça Tiradentes, podemos passear pela História e, conseqüentemente, pelo passado produzido. Principalmente quando olhamos atentamente os símbolos exposto dentro dela. São informações de como uma época, um passado, tenta manter viva a sua história. Remetem-nos para um tempo muito distante do tempo dos nossos dias, mas sabemos que esse tempo faz parte do que somos como povo e como nação. Ali se encontra nosso passado desejado por alguns, a memória escolhida que formou o nosso país, os fatos que não deveríamos esquecer, pois somos o que esse passado nos forjou. Olhamos os símbolos em exposição e podemos contar parte de nossa história. A memória de um tempo que produz o presente.

Mas a memória nunca foi algo dado, natural, possível de ser elaborado naturalmente. A memória, ou o que nós lembramos de um passado, algo em que podemos nos apoiar para podermos explicar o presente, nos prega peças ao tentarmos “resgatá-la”. Por mais cuidadosos que possamos ser, ao indagarmos o passado na busca de memórias para fortalecer nossas convicções no presente, deixamos escapar uma boa parte das lembranças que julgamos desvendar. Muito mais do que lembrar, a memória nos convida a questionar.

Pensar em questões relacionadas à memória é, quase sempre, pensar em um local apropriado para a guarda de documentos por meio dos quais, seja possível fazer uma reconstrução de nossa vida privada e da história humana. Uma reconstrução que associa fatos ocorridos e nos remete ao passado no momento em que vivemos a “fina camada do presente”, nas palavras de Michael Gazzaniga. Resíduos de lembranças que insistem em ser preservado. Além disso, a memória é inseparável do sentimento do tempo, de nossa percepção do tempo presente. Um sentimento que constrói e mantém a unidade, a história de um povo, uma comunidade, um país. Faz-nos sentir pertencente a algo muito maior que nós mesmos. Faz-nos ter significado de existir.

¹⁰ Gazzaniga, Michael S. Ciência Psicológica. Artmed. 2005– Psicólogo e neurocientista estadunidense.

Na verdade, vivemos mergulhados no que chamamos de memória. Não somente as lembranças de como abrir e fechar uma porta, usar talheres durante as refeições, essas lembranças que são memórias-hábito, mas a reminiscência. Essas lembranças do passado, a reminiscência, extrapolam os gestos repetitivos, inventa, reinventa, constrói e destrói o passado, na verdade, a reminiscência é “uma lembrança mais profunda e evocativa” (BOSI, 2010).

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2010, p. 47)¹¹.

Muito mais que lembrar, a reminiscência produz um elemento de valor no seio das sociedades a partir do momento em que essas lembranças se tornam comuns ao grupo: o sentimento de estar ligado a uma história de seus pares. Ela ainda tem a capacidade de “recuperar” algo que existiu em algum momento no passado e, por motivos ignorados por muitos, ficaram “escondidos”, sem utilidade, até que possam vir à tona, arrebatando o presente com uma nova perspectiva do passado. Nós humanos temos a capacidade de procurar e achar o que pensamos ser o passado e, mais ainda, reelaborá-lo.

Paolo Rossi em “*O Passado, a Memória, o Esquecimento*” (2010), diz que estudar a memória é a arte de pensar aquilo que chamamos de realidade, recuperando deliberadamente algo que foi esquecido por opção, com consequências ao longo do tempo.

Na tradição filosófica, e também no modo de pensar comum, a memória parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e contínua; a reminiscência (ou anamnese ou reevocação), pelo contrário, remete a capacidade de recuperar algo que possuía antes e foi esquecido. (ROSSI, 2010, p. 15).

¹¹ Ecléa Bosi no livro *Memória e Sociedade* (2010), faz uma profunda análise do sentido de memória para os velhos nas sociedades modernas e a questão do quanto de lembrança o humano acumula na sua trajetória de vida e de como ele pode ser útil para o presente é um dos debates do livro.

Buscando lembranças de um momento vivido, um instante em que denominamos o passado, a memória sempre representou um desafio para aqueles que buscam lembrar, para as sociedades modernas e a História.

Em fins do século XIX, Nietzsche já incomodava no que diz respeito ao que as sociedades ocidentais tinham como reminiscência. A vontade de tudo saber ao lembrar, tentando remontar por completo a totalidade dos fatos ocorridos no passado – o surgimento da História como disciplina científica – criava o que ele denominou de “doença histórica”. As sociedades ocidentais, Nietzsche dizia, “prendem-se em uma teia de eventos que só podem existir dentro do sentido histórico que os historiadores poderiam dar a eles” (NIETZSCHE, 2015, p. 28)¹².

Crítico voraz da modernidade, Nietzsche afirmava que o valor do passado depende do presente em que este passado está sendo avaliado: “Toda ação exige esquecimento, assim como toda vida orgânica exige não somente a luz, mas também a escuridão”¹³. Ao lembrar, envia-se a escuridão uma boa parte do que foi memória.

O homem, vivendo esta doença, segundo Nietzsche, não tem potencial algum para criar algo novo, tudo já se encontra pré-determinado. Recordar, nessa perspectiva, não é somente interpretar o passado no presente, é escolher o que vale a pena ser recordado. É um ato para o futuro.

Jô Gondar e Vera Dodebei em *O que é Memória Social?* (2005), alertam para essa busca incessante pelas lembranças que se quer guardar do passado:

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produz, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir. (GONDAR & DODEBEI, 2005, p. 17).

Ao tentar esclarecer esta montagem do presente em relação ao que se quer perdurar do passado, percebe-se a nossa vontade de conservar, escolhendo os questionamentos desejados. A maneira de pensar o passado em função do futuro, usando a memória como balizador, um

¹² Friedrich W. Nietzsche em *Escritos sobre história*. Grandes Nomes do Pensamento. Folha de São Paulo 2015.

¹³ *Ibid.*, 12

caminho, um norte. Fazendo-nos optar por escolhas do que teremos de lembrar. Muito além da vontade, nós desejamos.

Duas grandes Guerras Mundiais, regimes Totalitários e um “Triunfo da Vontade”¹⁴, mostraram como as sociedades modernas estavam presas àquilo que Nietzsche chamou de teia de eventos.

Demoramos um pouco a aceitar que a memória é uma construção social, algo que é produzido pelo próprio homem, a partir de suas relações e de seus valores sociais e culturais, e não uma “coisa” natural. A memória não é absolutamente a verdade do que se passou efetivamente no tempo. A realidade do passado pode ser construída, reelaborada, transformada até ser uma possibilidade de verdade.

1.2 – Halbwachs e Nora: a memória que permanece

Dois autores, Maurice Halbwachs e Pierre Nora, são fundamentais para o entendimento e à reformulação da memória e o que ela passou a significar a partir dos anos 50 do século passado.

Ao rejeitar a ideia de que a memória é o resultado das impressões de eventos reais na mente humana, Maurice Halbwachs faz uma profunda análise sobre o tema da memória no campo das interações sociais. Na sua forma de ver as lembranças que nós humanos insistimos em produzir, Halbwachs estabelece a tese de que os homens produzem suas memórias a partir de diversas formas de interações que mantêm uns com os outros. É nessa interação que as memórias de um passado são selecionadas por um grupo de indivíduos definindo o que essa construção foi capaz de realizar.

A memória está associada a partir de laços sociais existentes entre indivíduos no presente que tem como característica manter a sociedade coerente e unida, a memória, para Halbwachs, é uma memória coletiva. A memória, individual não pode se distanciar da memória coletiva, pois o

¹⁴ “O Triunfo da Vontade” 1934, direção Leni Riefenstahl. O documentário tinha como intenção mostrar o “caminho” percorrido pelo Terceiro Reich até o momento de seu auge. No presente, 1934, as gerações poderiam admirar sua constituição. A memória construindo não só o passado, mas, uma vontade coletiva.

indivíduo não está completamente isolado. O passado, dessa forma, é construído quando o grupo social lembra em conjunto.

Mesmo pensando que sua memória é estritamente pessoal, quando ele mesmo pode “resgatá-la” a qualquer momento, onde só ele esteve presente, mesmo assim ela é uma memória coletiva. O indivíduo é o resultado das interações coletivas em que ele está inserido.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Mesmo parecendo um fenômeno individual, a memória é também um fenômeno coletivo e social, construída coletivamente e submetida às transformações, em constantes mudanças.

Para Halbwachs, a memória coletiva não deve ser confundida com a história. A história começa justamente quando acaba a memória. A memória chega ao seu fim quando o grupo que a produziu não existe mais. Acabou seu suporte. A memória em Halbwachs é construída simultaneamente, mutuamente, cruzando a memória individual e coletiva.

Neste sentido de perceber a memória, temos uma relação de poder que devemos considerar como algo significativo no que compete em lembrar. A memória coletiva, formada por grupos sociais, passa por confrontos de poder entre as forças sociais que a manipulam, de forma a permanecer como passado o que o grupo hegemônico considera verdade. A memória de outros grupos pode não ser a memória que permanece.

Quando a memória adquire o status de História, gravada permanentemente em um objeto para *a posteriori*, o esquecimento fez o seu serviço. Ao definir o que ficará gravado para o futuro, rejeitamos as outras possibilidades, outros pontos de vista, de como contar o mesmo fato histórico. Nestas condições, podemos afirmar que o esquecimento foi “espetacular” em relação à memória que se desejou preservar, à memória que sobreviveu, pois, como o próprio Halbwachs afirmou, “existem muitas memórias coletivas”, mas só uma é história.

Para Jacques Le Goff, esses momentos de superação de uma memória pelas outras produziram não somente a manipulação de uma memória coletiva, mas o silêncio das lembranças que não se fizeram história.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

A crítica ao livro de Halbwachs, *A Memória Coletiva*, publicado em 1950, diz respeito à construção social em que essa memória coletiva se insere nas sociedades. Apesar das multiplicidades de tempo e de memória em que Halbwachs aponta – vários grupos, infinitas memórias – não se percebe o conflito, o afrontamento, existente na produção dessas memórias.

Halbwachs, todavia, não trabalha as relações de afrontamento que ocorrem entre os diversos caminhos e na geração deles; é como se pudesse existir uma multiplicidade sem conflitos, uma diversidade estável, importando mais a integração das diferenças que o seu confronto, mais o construído que os embates e a instabilidade da construção. (GONDAR & DODEBEI, 2005, p. 19).

Halbwachs não responde a questionamentos sobre as disputas de memórias que teriam propiciado o surgimento e a manutenção da memória “vencedora”, os quadros sociais que, em algum momento no passado, disputaram suas lembranças em detrimento de outras.

Assim, a memória, dentro dessa construção social, é um instrumento do porvir, salvando o homem da degradação, retirando-o do tempo, “conduzindo-o às verdades eternas”. Mantendo um equilíbrio na sequência do existir.

Poderíamos nos perguntar, por exemplo, até que ponto esses trabalhos (de memória coletiva) lidam satisfatoriamente com a relação entre passado e o presente, pois nesses estudos o passado só se torna compreensível a partir de sua realização em práticas e construções sociais do presente. (SANTOS, 2003, p. 22).

Apesar da crítica, a porta que se abre com o conceito de Memória Coletiva produzida por Halbwachs diante da forma como percebíamos a construção das lembranças do passado, nos fez

aprofundar e “resgatar” as memórias subjugadas, escondidas, procurando e achando passados esquecidos.

Em *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares* (1993), Pierre Nora, diante da constatação de que nosso presente acelerou por demais a história, “de forma nunca antes notada”, também aponta para os problemas que se estabelecem quando pensamos em memória.

A memória, segundo Nora, está sempre em evolução, produzindo lembranças de grupos vivos e, ao fazer o exercício de lembrar, faz-se história. Lembrando, fazemos história. E, dessa união de história-memória, temos uma reconstrução do passado, incompleta, problemática, de coisas que não existem mais, uma representação do que achamos que ocorreu, uma representação do passado. Apesar de ser uma possibilidade do que pode ter ocorrido, quando se lembra, fazemos a história acontecer, mesmo que anulemos boa parte do que existiu.

Essa união, história e memória, que produz o entendimento do que se considera ser o passado possível, entrou em colapso no momento em que a História começou a contar a sua própria história, começando a produzir sua própria memória.

Expondo as várias formas como o passado foi produzido, analisando sua historiografia, suas interpretações, mitos, imagens, significados, a História coloca em dúvida a herança de um passado no presente e, principalmente, a tradição de contar a história ao interrogar a si própria. Não mais reconhecia ser o único portador do passado. Com este movimento, a História fez uma reflexão sobre a memória que se produz e que se quer manter. A memória perde, segundo Nora, sua áurea de sagrada.

Interrogar uma tradição, por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador. Ora, não são unicamente os objetos mais sagrados de nossa tradição nacional que se propõe uma história da história; interrogando-se sobre seus meios materiais e conceituais, sobre os procedimentos de sua própria produção e as etapas sociais de sua difusão, sobre sua própria constituição em tradição, toda a história entrou em sua idade historiográfica, consumindo sua desidentificação com a memória. Uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível. (NORA, 1993)

A busca por outras memórias possíveis, esquecidas, subjugadas, escondidas em etnias, classes sociais, liberta a memória de sua principal função até então: a construção de uma tradição, um caminho no qual as sociedades ocidentais produziram para chegar até o presente. Nesse caminho, está a construção da nação que mantinha a memória, segundo Nora, no campo do

sagrado. Era o rastro, a trilha, de como um povo, seus indivíduos, “ligavam-se” a uma nação dando sentido a uma história-memória. O presente é explicado pela forma como a história-memória conta sua construção. A nação, o seu fim. A memória orientada para o futuro. O futuro é preparado contando o passado no presente. A máxima de George Orwell: “Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 1983, p. 48)¹⁵.

Foi precisamente esse rastro, esse caminho que a filósofa alemã Hannah Arendt definiu como um tesouro o que as sociedades ocidentais perderam logo após as Grandes Guerras do século XX.

Seja como for, é à ausência do nome para o tesouro perdido que alude o poeta ao dizer que nossa herança foi deixada sem testamento algum. O testamento, dizendo ao herdeiro o que era seu de direito, lega posse do passado para o futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmite e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente e sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. (HARENDT, 2013, p. 31).

O presente, “esta lacuna entre o passado e o futuro” (HARENDT, 2013), um vácuo a ser preenchido por lembranças, deixou de estimular e fornecer elementos simbólicos e culturais que pertenciam ao universo de construção de uma tradição. Desconfiando das memórias estabelecidas e com um sentimento de culpa de que estas memórias nos levaram ao abismo da dúvida em relação não somente ao passado, mas, também, a própria história, as sociedades ocidentais procuram de forma inédita acumular passados possíveis.

O que se apresenta no presente, segundo Nora, é uma obsessão pelo arquivamento de tudo, uma constituição grandiosa e vertiginosa do estoque daquilo que é hoje impossível lembrar. Nenhuma outra época produziu tanta memória e desejo de arquivar como nossos contemporâneos e os meios técnicos de conservação nos permite dispor de intrincados caminhos na elaboração de memória. Sentimo-nos obrigados, ainda segundo Nora, a acumular, “religiosamente”, todos os vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais de que teriam ocorrido, aparelhos

¹⁵ No livro “1984”, lançado em 1949, George Orwell traz uma perspectiva do que seriam as sociedades modernas construindo o passado todos os dias a partir de constantes apagamentos nas memórias do passado oficial.

que definem lembranças, considerando-os prova do nosso presente. Um desejo sem limites pelo arquivamento. Com a possibilidade de guardar cada vez maior, cada grupo social redefiniu sua identidade diante da história oficial, revitalizando suas memórias, construindo novos caminhos no que se refere contar o passado.

Quebrando a ideia de um passado coeso, previsível, com continuidade, produzimos cada vez mais um passado impossível de ser contínuo. O passado é hoje radicalmente diferente e os lugares de memória são os restos, o que sobrou deste passado.

Os lugares de memória – arquivos, celebrações, datas, elogios fúnebres, atas, monumentos, patrimônios, etc. – foram construídos justamente para legitimar a memória como construções de uma nação, consagrando uma tradição histórica, produzidos diante de memórias não espontâneas, criada para defender algo que está sendo ameaçado, senão, segundo Nora, “não teriam necessidade de construí-los”. Sem uma vigilância comemorativa, sem onde escorar, esses lugares seriam varridos da história, não existiriam. São lugares de autenticação da História que têm a memória como parâmetro e como uma possibilidade de verdade. Tem como função parar o tempo, fazer existir e bloquear o esquecimento, imortalizando algo que é imaterial.

Os lugares de memória representam sinais mínimos de um tempo que se quer, se deseja não esquecer, que permanece mesmo distante no tempo. “Objetos de abismo”, no dizer de Nora, pois está presente, mas se ausenta como o tempo, pois se tornam invisíveis mesmo existindo. Os lugares de memória ainda pertencem aos momentos da história nacional, fazendo parte daquele universo da história-memória produzindo sentido em um passado em que o nosso presente não aceita mais. Com pouca ou quase nenhuma referência na realidade, os lugares de memória apresentam-se com uma duplicidade. Eles são fechados em si, representam seu espaço, com limites definidos, sua identidade “*in natura*”, mas aberto a provocações de interpretações variadas que estendem suas significações. São lembranças feitas para serem esquecidas diante do tempo.

Pierre Nora procura entender a memória através de uma estrutura de construção do passado onde os lugares de memória poderiam dar, além do aspecto nostálgico do passado, sua forma de compensar o que foi destruído.

O discurso de Nora é um discurso de perda; há nele uma dificuldade de positivar as mudanças do tempo, mudanças no modo de sentir, perceber e lembrar que

caracterizaram as sociedades contemporâneas, como se nos restasse apenas à compensação nostálgica de uma situação originária. (GONDAR & DODEBEI, 2005, p. 21).

Ao mesmo tempo, os lugares de memória apresentam um aspecto de deslocamento das lembranças em relação ao tempo. Pensando nos grupos sociais de Maurice Halbwachs, os lugares de memória, em sua maioria, teria “perdido” seus agentes que desejam manter aquela memória ainda viva, para as gerações futuras. Seus grupos sociais teriam desaparecidos no presente. Os que estes locais representam não formam mais o cotidiano dos cidadãos que passam por eles todos os dias. Diante dos monumentos, estamos vendo algo que se perdeu no tempo. A duração da memória representada nos monumentos está fadada a produzir um fim quando seu grupo social desaparecer.

Apesar das profundas intervenções de Maurice Halbwachs e Pierre Nora, ambos tratando a memória como uma construção social, que faz o passado ser justificado no presente, pensar a memória, permanecia assim, no diálogo com a tradição – sem definições dos conflitos de grupos (Halbwachs) ou como a insistência em permanecer como memória os lugares de memória (Nora). A memória continua atrelada à história. Os lugares de memória estão “presos” em um passado já definido.

Mas, ao mesmo tempo, o tema do esquecimento ficou mais claro e abrangente para que pudéssemos pensar a memória e seu processo de apagamento no instante em que lembramos.

1.3 – Bergson e Pollak: o inchaço do presente

O debate em torno de como lembramos o passado e, portanto, como produzimos a memória, ganha novos caminhos a partir do momento em que o foco recai não mais no que lembramos, mas no que deixamos de lembrar.

Tanto em Halbwachs quanto em Nora, o esquecimento aparece de forma clara em suas teorias, sejam nos grupos sociais em que não aparecem com suas lembranças em disputas pela imposição das memórias vencedoras ou pelos monumentos erguidos a um passado que não podem ser “enxergados” pelos indivíduos do presente.

Em *Matéria e Memória* (2006), Henri Bergson chama esse processo de *Duração*, onde o passado permanece no presente prolongando-se.

Nossa duração não é um instante que substitui outro instante: nesse caso, haveria sempre presente, não haveria prolongamento do passado no atual, não haveria evolução, não haveria duração concreta. A duração é o progresso contínuo do passado que roí o porvir e incha á medida que avança. (BERGSON, 2006, p.47).

Para Bergson, a percepção do presente obedece à atenção a vida, ou seja, somente percebemos o presente como uma utilidade da vida prática e, portanto, não podemos viver sem essas lembranças que garantam uma continuidade entre o passado e o presente. Não se pode garantir um passado sem o sentido dele no presente. São as lembranças do passado possível que fazem a vida ter a utilidade necessária para sua continuidade. Bergson demonstra o passado como algo que “fura” o futuro e, ao mesmo tempo, cresce na medida em que avança em direção ao porvir. O presente só tem sentido se visto através das lembranças adquiridas no passado. Ao mesmo tempo, esse inchaço do passado em que Bergson aponta produzido no presente, acumula cada vez mais lembranças do passado em uma duração infinita do presente.

Michael Pollak chama a atenção para o “resgate” das memórias esquecidas que ganharam força no final do século passado, e apontando para o caráter predileto dos historiadores, principalmente a partir dos anos 70 do século XX, em relação ao conflito e disputas dessas memórias subterrâneas como um movimento destruidor da memória como formação da nação. São memórias que estariam adormecidas, silenciadas, mas ainda vivas, existindo, esperando ser expostas, para ocuparem seus lugares no presente.

Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 02).

Pollak aponta a reescrita da história, principalmente após o fim da era Stalinista na antiga URSS (1922-1991), gerando “transbordamentos e manifestações” cuja revolta destruíram estátuas do líder soviético Josef Stalin (1878-1953) e o desejo de independência e autonomia por

parte dos seus países satélites. A explosão dessas memórias “proibidas” colocava em cheque a dominação da memória oficial que reprimiu durante anos grupos sociais que sequer podiam existir em uma estrutura de total controle do Estado. São as memórias esquecidas dos grupos sociais de Halbwachs chegando à tona no presente.

A explosão dessas memórias subterrâneas representa uma das preocupações culturais e políticas mais importantes das sociedades ocidentais na atualidade. Não deixa de ser um retorno ao passado “esquecido” e, ao mesmo tempo, uma lembrança sem “trilha”, sem “caminho”, fora da tradição, que nos leva ao futuro tão desejado na memória-história. Apesar de ser uma tentativa de reescrita de um passado possível, as memórias subterrâneas não escapam do sentido de construção, tão caro ao presente e tão necessário ainda a um futuro desejado.

Michael Pollak demonstra como essas memórias precisaram passar por um “enquadramento” para poderem surgir como memórias compartilhadas e admitidas pelos seus protagonistas:

Todo trabalho de enquadramento de uma memória de um grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. (POLLAK, 1989, p.09.)

O enquadramento da memória do que se quer lembrar pode se alimentar de um vasto material fornecido pela história e ter seu caminho, sua trilha combinada e sustentada por um sem-números de referências, justificando suas abordagens. Por mais lembranças que desejamos, temos o limite imposto pelo esquecimento. O “lembrar” o que foi esquecido só acontece quando continuamos a esquecer. O enquadramento das memórias esquecidas possui sua forma de lembrar. Mesmo sendo memórias escondidas, subjugadas e sufocadas pelo presente vencedor de seu tempo, ainda assim, são memórias para a construção de um futuro. São memórias para a história.

Apesar de estarmos diante de uma infinidade de lembranças, continuamos programando o lembrar o passado dentro de uma característica de continuidades da memória em relação à história.

Mas, pela primeira vez na forma de se contar o passado, vivenciamos a ideia de descontinuidade em relação ao tempo. O presente apresenta menos tempo para se guardar as lembranças e os passados desejados.

Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* (2014), em um quadro bastante elucidativo, apresenta o presente como algo “fraco”, diante da quantidade de memória que queremos guardar. Quando as forças de uma tradição enfraquecem, o saber-memória aumenta, diminuindo o tempo e causando um aumento de efeitos sobre o passado. Como uma enciclopédia “concentra o máximo de saber no mínimo de tempo. Reduzido ao seu mínimo formato, num ato metamorfoseado da situação, esta enciclopédia concreta se assemelha a uma pedra filosofal!” (CERTEAU. 2014, p. 147). Desvendamos uma quantidade de passados escondidos, subjugados e, ao mesmo tempo, não temos o tempo para mantê-las.

Nesse quadro de esquecimentos imediatos, ao desejarmos lembrar o que vivenciamos no presente, os monumentos modernos são os que mais chamam atenção. Esses lugares de memória de Nora construídos para engrandecer o passado e, ao mesmo tempo, serem esquecidos, tão explícitos nas cidades, enfrentam um paradoxo no presente sem precedentes até então.

Nesses monumentos podemos encontrar a sutileza do tempo em que a memória coletiva pode pregar na história. São os monumentos espalhados pelas cidades que permitirão a continuidade, permanência e persistência dos “sinais físicos”, simbólicos, do passado em que fala o arquiteto italiano Aldo Rossi em *“A Arquitetura da cidade (1995)”*. Uma persistência em que somente os monumentos podem mostrar o que a cidade foi um dia.

Com efeito, inclino-me a crer que os fatos urbanos persistentes se identificam com os monumentos, que os monumentos são persistentes na cidade, e persistem efetivamente, inclusive do ponto de vista físico, (salvo, enfim, casos bastante particulares). Essa persistência é dada pelo seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória. (ALDO ROSSI, 1995, p. 56).

Ao persistir, o monumento produz seu valor histórico e, conseqüentemente, relaciona-se com o método de confirmação de um passado possível e visível. As cidades são “recheadas” dessas histórias reproduzidas em grandes monumentos que cumprem a função de explicar o passado. Mas, com a interferência de “tantas outras memórias” subterrâneas chegando à superfície no presente, e o distanciamento no tempo, longe dos grupos sociais que o

estabeleceram como memória o seu significado, o monumento tornou-se um enigma para a história, a arte e a própria cidade.

Os monumentos estão fora do lugar. Tanto do seu espaço imposto de ocupação por sua memória, quanto do tempo que os forjou. A fina camada do presente não comporta mais os passados determinados, construídos. São tantos passados, o quanto desejamos contar. Diferentemente dos monumentos da Antiguidade, onde a memória-história estabeleceu vínculos mais profundos, o “tesouro” de Harendt, dentro do que denominamos como tradição, os monumentos da era moderna sofrem com a solidão de pertencer a um tempo que se quer esquecer, um tempo em que não desejamos estabelecer contato, pois, o esquecemos em detrimento de outras lembranças que desejamos.

Feitos para durar uma eternidade e representar uma tradição, os monumentos modernos tornaram-se invisíveis, como Nora mostrou, em praças e ruas das grandes cidades do mundo. Não são mais reconhecidos pelos seus nativos, nos espaços que são destinados a existir, não contemplam uma história do presente e representam um passado que se perdeu nas revelações das intermináveis memórias subterrâneas que se reproduzem diariamente. Uma infinidade de memórias justificando a inutilidade de possuímos apenas uma forma de ver o passado.

Retomando a expressão de Robert Musil¹⁶ de que não há nada de tão invisível quanto o monumento. (...) quanto mais monumentos, mais o passado se torna invisível, mais fácil se torna esquecer; a redenção, portanto, pelo esquecimento. (HUYSEN, 2000, p. 44).

A reminiscência, esse desejo de tudo saber do passado perdido, do que foi o tempo que se passou, passa por mais uma transformação e o esquecimento é o ator principal desses tempos tão recheados de lembranças. É do esquecimento que devemos nos lembrar? Toda vez que nos lembramos do que foi esquecido, esquecemos até mesmo o que foi um dia a lembrança desejada. É este o nosso paradoxo: o que foi lembrado, preservado, está sendo esquecido, mas está lá como o monólito de “2001: Uma Odisséia no Espaço”¹⁷: sabemos que existe, pode ter sido feito por

¹⁶ Robert Musil (1880-1942) escritor austríaco, autor do romance “O Homem sem Qualidades”, uma reflexão sobre sua época.

¹⁷ 2001 – Uma Odisséia no Espaço. Direção: Stanley Kubrick. Produção: Stanley Kubrick. Intérpretes: Keir Dullea; Gary Lockwood; William Sylvester e outros. Roteiro: Stanley Kubrick e Arthur C. Clarke. EUA, Reino Unido. Metro-Goldwyn-Mayer: 1968. 1 DVD (142 min), son., color.

nós, mas não sabemos ao certo o que significa. O passado está sendo esquecido não somente por ter perdido sua trilha no tempo, mas por não ter o tempo que o comporta no presente. O presente é completamente sem tempo. Não conseguimos mais preenchê-lo com lembranças.

Neste quadro em que a memória apresenta suas lembranças nos dias de hoje, estamos fadados a preservar muito pouco do que desejamos. Estamos tentando guardar o máximo de memória possível sabendo ser impossível detê-las para o futuro, pois já não desejamos o futuro como desejávamos antes. Nas palavras do músico Renato Russo (1960-1996) “o futuro não é mais como era antigamente”.¹⁸

Mas, como o monumento a D. Pedro I chegou ao nosso presente apresentando a contaminação do esquecimento não só de um passado ocorrido como, também, de lugar de memória que perdeu seu sentido histórico?

Devemos analisar a construção do espaço em que a memória foi forjada com o bronze da eternidade: a Praça Tiradentes.

¹⁸ RUSSO, Renato, Índios. Interprete: Legião Urbana. In: Legião Urbana. Dois. Rio de Janeiro: EMI-Odeon Brasil, 1986. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 6.

CAPÍTULO 2 – A PRAÇA NA CIDADE: A INSISTÊNCIA DA MEMÓRIA

“Afinal como dar conta do passado, se o tempo nada mais é do que experiências que se desintegram imediatamente após seu aparecimento?” (SANTOS, 2003).

No clássico livro sobre a História do Rio de Janeiro, *“Uma Cidade nos Trópicos – São Sebastião do Rio de Janeiro”*, publicado em 1965, Mirian de Barros Latif apresenta a forma como os portugueses ocuparam a Baía da Guanabara e iniciaram a construção da Cidade Maravilhosa no início do século XVI. Não foi uma tarefa simples. Apesar da beleza natural, da paisagem exótica, muito bela e, nas palavras da autora, *“nas praias banhadas de um mar tranqüilo”*, os encaixos e entraves do início da colonização esbarravam nos combates com franceses e tribos de índios inimigos fazendo parte do cotidiano nos primeiros anos em que Portugal tomou posse destas terras.

Mas os novos estabelecimentos do Brasil ainda são instáveis. As incursões de tribos inimigas trazem os colonos em constantes sobre saltos e os franceses no Rio de Janeiro tentam dilatar a sua zona de influência. De pouco adianta uma nova moenda, alguma caixa de açúcar a mais, se ainda não se sabe como garantir a integridade da colônia e consolidar a posse da nova terra. (LATIF, 1965, p. 31).

Depois de duas sangrentas batalhas – a primeira em 1560, com o Governador Geral Mem de Sá e, logo depois em 1565 com Estácio de Sá, seu sobrinho – contra os franceses e índios Tamoios, os portugueses finalmente tomaram posse da Baía da Guanabara e iniciaram a construção da cidade. Diferente dos burgos da Idade Média, que nasciam de uma lenta aglomeração em torno de um castelo ou de um palácio que ofereciam proteção, a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é uma cidade feita por encomenda. Como uma missão, Estácio de Sá, fundador da cidade, deveria tomar posse, expulsando os franceses, e iniciar sua construção.

Apesar de em seus primeiros anos, o aspecto beligerante ser a sua maior característica, a construção da cidade partia do princípio em que a ocupação tinha como objetivo a permanência do povoado, bem como a sua continuidade.

O morro do Castelo foi o lugar escolhido pelos portugueses para iniciar essa empreitada.

Este pequeno morro representava, pois, para aquela época, um sítio ideal. Não permitiria, é verdade, grandes obras urbanísticas, nem um desenvolvimento regular do traçado urbano, mas estava de acordo com as concepções militares da época e, sobretudo, dos portugueses, cujas cidades, com raras exceções, tem sítios alcandorados (colocados a grande altura), ditados, está visto, pelas necessidades de defesa (BERNARDES, 1995, p. 19).

A falta de um projeto urbanístico no início da construção da cidade do Rio de Janeiro apresentava uma irregularidade na apropriação do espaço ocupado. As estreitas ruas e a falta de alinhamento dessas vias não fugiam do modelo de construção que, a partir do século XVII, era produzido em Portugal. Por razões de segurança – portanto um projeto urbanístico complexo não se fazia necessário – a escolha de um sítio “a grande altura” (BERNARDES, 1995), fez parte de uma continuidade no sentido de construir uma comunidade portuguesa, seja em Portugal ou em suas colônias mundo afora.

Nas palavras de Bárbara Freitag¹⁹ (2012):

Mem de Sá transferiu a “vila velha”, que na época tinha menos de 4 mil habitantes, para o morro do Castelo, nome dado em homenagem ao Castelo de São Jorge de Lisboa. Como em outras colônias portuguesas, Lisboa foi a matriz para a cidade do Rio, o que explica por que encontramos até hoje tantos bairros com nome de bairros de Lisboa. (FREITAG, 2012, p. 165).

Contudo, as ótimas condições de defesa do novo povoado que surge nos trópicos, o morro do Castelo torna-se um entrave para o desenvolvimento de uma cidade que não para de crescer. Fazia-se necessário descer o morro e ocupar os espaços alagados e pantanosos que o circundavam. A cidade do Rio de Janeiro começa com um desafio. Ao mesmo tempo, sua construção está intimamente ligada a uma memória coletiva que os portugueses mantêm viva há muitos quilômetros de sua terra natal.

Construída praticamente entre o mar e as montanhas e ladeada por praias, restingas, pântanos e florestas, sua formação apresenta um processo de expansão difícil. A expansão gradual

¹⁹ Em “Teoria da Cidade”, Barbara Freitag desvenda as influências do pensamento das escolas europeias na formação das cidades. No caso do Rio de Janeiro, a Escola francesa foi a maior influência no pensamento urbanístico a partir do início do século XX, principalmente com os prefeitos Pereira Passos (1905-1910) e Carlos Sampaio (1920-1922).

do espaço urbano foi feita com a apropriação dos terrenos alagados que foram drenados, aterramentos de mangues com desmanche de morros e uso do próprio lixo da cidade. Superando as barreiras físicas impostas pela natureza, a cidade projetava-se no imediatismo da necessidade.

Lysia Bernardes reforça esse aspecto em que o traçado de construção da cidade do Rio de Janeiro estava em concordância com o jeito dos portugueses de ocupar o espaço:

Não devemos estar à procura, no sítio ou no clima da cidade, razões para explicação de todos os elementos de sua paisagem setecentistas. Não esqueçamos que em Portugal, naquela época, eram os mesmos traços fundamentais da paisagem e da estrutura urbana, até em casos de topografia favorável a concepções mais grandiosas. (BERNARDES, 1995, p. 40).²⁰

Em relação a esse aspecto – a referência ser a cidade de Lisboa, em Portugal, como balizamento na fundação de uma cidade nos trópicos – nota-se a dimensão de uma comunidade formada através da imaginação e a forma de conceber o espaço por parte de seus cidadãos. A cidade “*é o resultado da imaginação e do trabalho do homem que desafia a natureza*”. Nas palavras de Renato Cordeiro Gomes em “*Todas as Cidades, a Cidade*” (2008). Olhar para o interior do território que se pretendia ocupar e fazer dele um aspecto da imagem que todos os portugueses traziam de sua terra natal, foi um trabalho de proporções monumentais e, ao mesmo tempo, um desejo de lembrar e manter suas memórias em conjunto.

A Praça Tiradentes pertence a esse movimento de representatividade da imaginação de como os portugueses definiam e construíam suas cidades, suas comunidades, seus bairros, sempre como um espelho: Lisboa. A cidade de onde saía tudo o que se tinha como futuro. A Praça Tiradentes não fugiu a esses aspectos.

²⁰ A Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro Até o Início do Século XX.”. Lysia M. C. Bernardes em “Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro”. Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1992. Org. Maurício de Almeida Abreu

2.1 – A memória ocupando o espaço

Onde hoje localizamos a atual Praça Tiradentes e seus arredores, chamava-se primeiramente de Rossio Grande, em homenagem ao Largo do Rossio em Lisboa. Caracterizada por uma planície alagada que ia do mar às encostas do Morro do Desterro, onde hoje se encontra o morro de Santa Teresa, “estendendo-se até o mangue, e onde os moradores soltavam suas vacas para pastar” (OLIVEIRA, 2000).

Como em Portugal, o Rossio Grande da cidade colonial nos trópicos, apresentava um aspecto de local coletivo. Além de um espaço de pastagem para o gado, o Rossio Grande também era usado como um espaço militar.

Rossio Grande servia então para acampamento de soldados, que nele executavam suas manobras militares e exercitavam o tiro de artilharia, visando alvos colocados na barreira do morro de Santo Antônio (MAURICIO, 1966, p. 41).

No início do século XVIII, um grupo de negros, libertos e escravos, pediu permissão à Câmara Municipal um pedaço de terra onde pudessem erguer uma capela ao santo São Domingos. Fugindo da violência de seus senhores, os negros escravizados não tinham como venerar um santo e, principalmente, um local em que pudessem ser lembrados na pós-morte. Com a construção da igreja de Santo Domingos²¹, a primeira igreja construída no local, o lugar foi rebatizado no imaginário popular de Campo de São Domingos e passou a ser intensamente povoada.

No começo do século XVIII, depois de terem se desentendido com os cônegos da Sé (Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo) porque eram maltratados sempre que se dirigiam ao local para rezar, os negros que haviam formado a Irmandade de São Domingos pediram à câmara um pedaço de terra em que pudessem erguer uma pequena capela e construir seu cemitério. (OLIVEIRA. 2000, p.17).

²¹ A Igreja Santo Domingos foi demolida em 1942 e, segundo Evelyn Furquim W. Lima em “Avenida Presidente Vargas: Uma Drástica Cirurgia”, foi uma das inúmeras demolições “necessárias” à construção da Avenida Presidente Vargas. Neste período, foram abaixo as Igrejas de São Pedro dos Clérigos, do Bom Jesus e da Nossa Senhora da Conceição.

A capela, construída por uma irmandade de negros, transforma-se em um centro aglutinador não só dos escravos, mas, também, de uma boa parte de seguidores de São Domingos (OLIVEIRA. 2000).

Mais tarde, meados do século XVIII, com a chegada de ciganos vindos de Portugal, a atual Praça Tiradentes passou a se chamar Campo dos Ciganos (GERSON, 2013).

Em muitos casos, os ciganos chegavam ao Brasil, devido à deportação de Portugal em relação ao não comprimento de alguma pena judicial²². Os ciganos eram conhecidos pela compra e venda de cavalos e escravos e, principalmente, pelos seus “prejudiciais costumes” que causavam, segundo relatório enviado ao Rei Dom José I, “intolerável incômodo aos moradores.” (CAVALCANTI, 2004, p. 45).

Apesar dos seus costumes um tanto exóticos para os padrões do século XVIII, os ciganos fizeram riqueza com o mercado de escravos. Segundo Brasil Gerson, foi tão importante este momento que uma rua no espaço denominado Rossio Grande passou a chamar-se Rua dos Ciganos²³.

Nômades por excelência, a verdade é que muitos foram aos poucos deixando de lado sua maneira tradicional de viver para fixar-se numa atividade comercial em que se deram às mil maravilhas: a de mercadores de escravos, primeiro nos armazéns do centro e depois nos do Valongo. Enriquecendo, trocaram as barracas pelas primeiras casas da rua que no fim do Setecentismo se abriu entre o Rocio e o campo de Sant’Ana, por isso denominada dos Ciganos” (GERSON, 2013, p. 235).

Em 1748, com a construção de outra igreja, a Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa, na atual Avenida Senhor dos Passos, o lugar que antes se chamava de Campos dos Ciganos, começa a mudar no imaginário popular para Campo da Lampadosa. Como no caso da Igreja de Santo Domingos, a Igreja de Nossa Senhora de Lampadosa tem como característica a busca de um espaço de adoração religiosa e a construção de um cemitério por parte de irmandades dos negros no Rio de Janeiro Colonial, o terreno em que a igreja foi construída foi doado à Irmandade Negra de Lampadosa.

Em 1820, a Revolução do Porto em Portugal, de cunho liberal, colocava em xeque a permanência da Família Real portuguesa no Brasil. Ameaçando limitar os poderes do rei, a

²² Revista de História, Ed. 122, Novembro 2015 – Samuel Araújo e Antônio Guerreiro de Farias – p. 44.

²³ Atual Rua da Constituição.

Revolução de 1820 exigia o retorno não só do rei como o juramento de fidelidade à nova Constituição que estava sendo colocada em prática em Portugal.

O retorno do rei D. João VI, em 1821, coloca o príncipe, D. Pedro I, na qualidade de Regente do Brasil ainda submetido à metrópole portuguesa. Em uma das varandas do antigo Real Teatro São João, onde hoje fica o Teatro João Caetano, D. Pedro I, assumindo o posto de Príncipe Regente, jurou à Constituição Portuguesa e o nome da atual Praça Tiradentes passa a ser oficialmente Praça da Constituição (MAURICIO. 1966). É a primeira vez que o lugar ganha a denominação “Praça” e é representada de forma oficial.

Em *Algo do Meu Velho Rio* (1966), o historiador Augusto Maurício, antes de fazer uma profunda análise dos Teatros localizados no “belo logradouro do Rio”, o Rossio Grande, explica que a mudança no nome do lugar foi um ato oficial do Império Brasileiro:

A 2 de março de 1822, por portaria do Ministro José Bonifácio, o Campo dos Ciganos mudava de denominação. Passava a ser Praça da Constituição, em homenagem ao juramento da Carta Portuguesa, ocorrido em 26 de fevereiro de 1821. (MAURICIO, 1966, p. 73)

Percebe-se que Augusto Maurício não faz referência aos antigos nomes do lugar como Campo de São Domingos e Campo da Lampadosa, duas igrejas de negros como ponto de interferência na memória coletiva, que os autores Roberta Oliveira em 2000 e Nireu Oliveira Cavalcante em 2004²⁴ mencionam. Talvez, muito mais pelo aspecto coletivo da memória do lugar como um espaço que não possuía uma denominação de forma oficial.

O ato oficial de 02 de março de 1822 define o lugar e dá ao espaço um tratamento oficial. A portaria do Ministro José Bonifácio (1763-1838), marca o lugar na história definindo o nome da Praça da Constituição como um espaço marcado por um fato histórico que o justificava: o juramento à Carta Portuguesa. A Praça da Constituição, até então um espaço aberto e arborizado, permanecerá por longos 67 anos com a mesma designação, não sofrendo mais as intervenções temporais das memórias coletivas que por ventura possam surgir. Marcada em algum objeto

²⁴ Apesar de ser um clássico da literatura em relação à história da Cidade do Rio Janeiro, o livro *Algo do Meu Velho Rio*, publicado em 1966, portanto dentro do período do regime exceção no Brasil (1964-1985) e, talvez por isso mesmo, excluem as memórias subjugadas, perdidas, derrotadas em que nos fala Michael Pollak e aos grupos sociais derrotados de Halbwachs.

físico, um ato oficial, a memória da Praça passa a pertencer somente a um grupo social, passa a pertencer à história (HALBWACHS, 2006), as antigas memórias, antes da denominação oficial de Praça da Constituição, são fadadas ao esquecimento.

Em 1862, com a inauguração do monumento em homenagem a D. Pedro I, não só define a Praça da Constituição como um local histórico e, consequentemente um local de memória, como produz um sentido entre o passado e o presente do Império com a história do Brasil. A Praça pertence agora não somente a uma memória coletiva de uma comunidade nos trópicos, mas, também, uma memória histórica de um povo, uma nação. Local de tantas transformações no tempo a Praça da Constituição passa a fazer referências diretas ao imperador que proclamaria nossa independência e, naquele momento histórico, jurou à Constituição portuguesa como herdeiro da coroa.

Em 1865, a Praça da Constituição recebe as quatro estátuas que definem as “virtudes das nações modernas”. Produzidas por Mathurin Moreau²⁵, as estátuas foram transferidas nos anos 50 do século XX para o Campo de São Cristóvão sem motivos aparentes. Colocadas em cada canto de entrada da Praça, as estátuas representavam a Justiça, Fidelidade, Lealdade e União. Um profundo aspecto de uma coletividade aristocrática européia que passava por momentos obscuros com as ideias iluministas que varriam o continente europeu provocando grandes mudanças políticas.

Finalmente terminada a Praça da Constituição com seu monumento ao monarca e as estátuas que representavam um modelo de viver e construir uma nação, a memória e a história estão cumprindo seu papel de produzir uma continuidade entre o passado e o presente. Uma continuidade para preservar o passado no futuro.

²⁵ Mathurin Moreau (1822-1912) – Escultor Francês. Trabalhou para a Fundação Val D’Osne na França, fornecendo várias modelos de esculturas para serem comercializadas. Além das estátuas “virtudes das nações”, o primeiro chafariz fundido em ferro instalado inicialmente na praça Quinze de Novembro, hoje encontra-se na Praça Monroe no centro da cidade, no final da Rio Branco, também é de sua autoria. Fonte: Os monumentos do Rio de Janeiro: inventário 2015. Prefeitura do Rio de Janeiro. 2015, p. 38.

2.2 – Praça Tiradentes: lugar de lembrar e esquecer

Até o ano de 1862, a Praça Tiradentes teve seu nome substituído no imaginário coletivo pelo menos seis vezes: Rossio Grande, Campo de São Domingos, Campo da Cidade, Campo dos ciganos, Campo da Lampadosa e Praça da Constituição. Todos os nomes até então representavam uma ocasião singular no espaço-tempo da praça. De acordo com o evento e sua importância para a cidade, o nome pegava força no imaginário coletivo que ia esquecendo-se do antigo nome em detrimento do novo momento em que o espaço estava vivenciando.

A primeira mudança significativa que atrelava o espaço a um momento histórico oficial – a memória e a história – foi em 1821, quando a praça teve seu nome mudado para Praça da Constituição pelo fato de D. Pedro ter jurado à Constituição de Portugal em uma das varandas do antigo Real Teatro São João. Foi a partir desse momento que o espaço deixa de ser um campo, um espaço aberto, para ser uma Praça, com o espaço delimitado e arborizado. A inauguração de um monumento no meio dessa praça em 1862 completa o seu objetivo histórico de ser um lugar de memória oficial, fazendo com que a relação memória e história oficial caminhassem juntas. A Praça da Constituição tem sua construção finalizada em 1865 com a colocação de quatro estátuas que representam as virtudes das nações modernas. Transforma-se em Praça cuja memória está bem definida e representada, ela pertence a um grupo social, uma aristocracia de linhagem européia.

Até este momento, 1862, o espaço confundia-se com o lugar no sentido em que o imaginário popular ia definindo sua denominação de acordo com os acontecimentos em que a própria cidade estava vivenciando. A exceção de quando o imaginário popular a define de Campo dos Ciganos, onde uma comunidade, sem laços diretos com os portugueses, impõe sua presença e dá significado ao lugar, todas as outras denominações faziam parte do imaginário onde a referência ainda era a cidade de Lisboa, ou a forma de viver o espaço a partir do modo de viver na Europa. A partir do momento em que a Praça da Constituição torna-se oficial, com portaria do Ministro José Bonifácio, estabelece uma imposição de memória para *a posteriori*.

As diversas designações que a atual Praça Tiradentes recebeu ao longo destes três séculos, fazem parte de um movimento no sentido de produzir uma memória, uma tentativa de não esquecer. Mas, toda vez que o nome do espaço fora reelaborado, de forma oficial ou não,

provocou o esquecimento. Apagando os traços que definiam o sentido, o significado do termo, uma nova memória oculta, confunde e silencia o passado. Toda a mudança ocorrida até então na atual Praça Tiradentes fez com que um pedaço de seu passado fosse esquecido. Cada designação para a Praça provoca o esquecimento do significado anterior, a Praça Tiradentes é um lugar de memória em constante transformação.

Diferentemente de todos os objetos da história, o lugar de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas os que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, p.10).

Um lugar de extensos significados onde sua identidade está sempre em transformação, criando, a cada fato significativo, uma memória representativa no tempo e espaço. Sua referência como lugar de memória faz parte da construção de uma memória coletiva onde sempre, esta memória, está aberta aos seus próprios significados. São lugares que testemunharam não somente a história – marcada no tempo e no espaço – que deu sentido ao seu significado, mas também, os seus “excessos”: o que não foi capturado pelo tempo. A Praça Tiradentes, um lugar de tantas memórias é antes de tudo “marco testemunho de outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p.13).

Atrelada sempre a um significado popular, o espaço é ocupado por uma memória coletiva capaz de manter-se e se reproduzir dentro dos limites em que o grupo social existia. Esse limite, de acordo com Maurice Halbwachs, perdura com o grupo até sua dispersão, perdendo seu suporte, sua referência.

Quando a memória de uma sequência de acontecimento não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que nele teve consequência, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão – quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em uma nova sociedade que não se interessa mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em

uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem. (HALBWASCHS, 2006, p. 101).

2.3 – O monumento a D. Pedro I: a tentativa de não esquecer²⁶

O que faz desse monumento algo tão especial?

Figura 5 – Louis Richet, Estátua equestre do Imperador Dom Pedro I, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro



Fonte: O autor, 2015,

De início, porque foi o primeiro monumento instalado em via pública do Brasil. O primeiro exemplar de culto a um herói nacional em que o cidadão comum, livre ou não, no final do século XIX, teve acesso à imagem e grandiosidade do herói da independência de seu país. Em um segundo momento, o monumento representa a imposição de uma história que se quer manter para o futuro.

²⁶ Tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1999 (processo de tombamento com o número 1173, iniciado em 1985). IPHAN, 2016. Sítio: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-09-16_Lista%20Bens%20Tombados.pdf>, p. 85.

Somente esses dois fatores acima citados já poderiam caracterizar o monumento a D. Pedro I como um símbolo importante de construção da nação brasileira e, como objeto de arte, um ponto turístico da Cidade do Rio de Janeiro. Mais do que isso, o monumento representar a nossa história contada através dos desejos de um grupo social em permanecer para a eternidade. O herói, o fundador de uma nação.

Como todo monumento espalhado pelas grandes cidades, o simbolismo expressado no monumento a D. Pedro I extrapola as características de construção de uma nação, de uma memória para o futuro. Ele representa, também, um passado que forjou sua identidade a partir de uma imposição, de um desejo de não ser esquecido. Não é somente o presente, no momento de sua inauguração, que se quer preservar é, também, o passado como representatividade de uma cultura aristocrática e europeia, um modo de viver e sentir o mundo.

Em *O Culto Moderno dos Monumentos*²⁷ (2014), Alois Riegl define como o monumento – peças, esculturas, monólitos, casa, museus etc., que preenchem hoje uma praça ou um passeio público, um lugar de culto etc. – percorreu toda uma trajetória desde a Antiguidade para transformar-se em um elemento de vital importância para a memória no mundo moderno.

Ao referir-se à Coluna de Trajano²⁸, Riegl entende que a partir do século XIV, apesar de sempre existir o perigo de destruição dessa coluna em detrimento de uma construção necessária e prática para a transformação de uma cidade, a Renascença eliminou essa possibilidade. Um novo valor de memória passou a vigorar neste período.

Tal mudança foi provocada pelo fato que desde o século XIV houve na Itália a formação de um novo valor de memória. Teve início a apreciação dos monumentos da Antiguidade, não mais apenas pelas lembranças patrióticas do poderio e da grandeza do antigo Império, que o romano da Idade Média – em uma ficção extravagante – ainda considerava existente ou apenas provisoriamente interrompido, mas pelo seu “valor de arte e seu valor histórico.” (RIEGL. 2014, p. 40)

O valor de um monumento passou a ser perpetuado por uma geração que via nos atos do passado como uma continuidade de seu presente. O passado adquiriu um valor de atualidade na vida moderna, despertando um interesse histórico sem precedentes na história da humanidade. As

²⁷ O Culto Moderno dos Monumentos: A Sua Essência e a sua Origem. Perspectiva. São Paulo, 2014.

²⁸ Construída em 113. D. C. pelo arquiteto Apolodoro de Damasco, comemora as vitórias das campanhas militares do Império Romano contra os Dácios.

sociedades modernas passaram a adicionar à sua própria história fatos e acontecimentos, “relevantes” ou não, de povos separados por séculos, mas que, assim considerados, partem de uma só cultura.

Seriam necessários vários séculos até que adquirisse a configuração moderna que apresenta hoje, principalmente entre os povos germânicos: o interesse de todos, mesmo por fatos e acontecimentos os mais insignificantes de povos separados de nossa própria nação por inconciliáveis diferenças de características; um interesse pela história da humanidade, no qual reconhecemos cada indivíduo em particular como parte de nós mesmos. (RIEGL. 2014, p. 41).

Com a Renascença, o despertar da consciência de apreciação dos monumentos, como objetos de um passado comum, para além do objeto como arte, e, principalmente com aplicação de medidas de proteção, iniciou-se a preservação de tudo o que faz o presente ser o que é. Inicia-se o processo de culto aos monumentos.

Os séculos XVIII e XIX apresentam o auge deste processo. Em toda a Europa, foram construídos monumentos em homenagem aos “construtores” das nações e suas referências ao passado clássico. Estátuas representando heróis e formadores de uma identidade coletiva são construídas em espaços públicos para apreciação de todos os cidadãos. A homenagem a D. Pedro I não escapa a essa característica apontada por Riegl.

O monumento é uma ode ao passado aristocrático europeu nos trópicos, um grupo social que tenta ser eterno e, como tal, é uma construção.

O monumento equestre em homenagem a D. Pedro I foi uma proposta da Câmara Municipal em ocasião do trigésimo aniversário da independência do Brasil comemorado em 1854. O Dr. Haddock Lobo (1817-1869), então vereador, através de concurso internacional, apresentou o projeto de erguer na Praça da Constituição uma estátua à memória de S. M. I. o Sr. D. Pedro I. O monumento tinha como objetivo não somente homenagear o príncipe, mas, também, a Carta Magna de 1824, a primeira Constituição do país, que completava seus 30 anos de existência, promulgada pelo próprio D. Pedro I. O vencedor do concurso foi o artista plástico brasileiro João Maximiano Mafra (1823-1908) e, por dificuldades técnicas de se realizar a obra no Brasil, coube ao escultor francês Louis Rochet (1813-1878), terceiro colocado na seleção do

projeto escultórico, a construção do monumento foi produzido em bronze octogonal apoiado em base de granito com 15,7m de altura²⁹.

O professor Paulo Knauss no artigo “*A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX.*”³⁰ definia o local em que o monumento ficaria como uma peça que completaria o conjunto urbano:

A implantação da obra de arte pública colocava a imagem do imperador de frente para a rua da Imperatriz, dirigindo-se para o portão principal da Academia Imperial de Belas-Artes, na outra ponta da Rua. De outro lado, a rua 7 de Setembro, com a data da Independência do Brasil conduzia até a praça da estátua, estabelecendo a ligação com o antigo largo do Paço, onde se localizava a sede do governo e a região mais frequentada da cidade. A escolha do local e da posição da peça, evidentemente, não foram aleatórios e acompanhavam o plano de remodelação daquela área urbana, que se transformaria na praça da Constituição, tendo a escultura monárquica ao centro. (KNAUSS. 2010).

A festividade preparada para a inauguração estava dentro da dimensão do poder que a celebrava. Os horários dos trens foram adaptados para “*garantir presença do maior número de interessados.*” O comércio participou ativamente do evento promovendo decorações pela cidade com figuras do príncipe regente e a família real. Cintos, luvas, leques, eram vendidos com estampas do monumento pelo centro da cidade³¹. Um ritual que serviu para a promoção da imagem do imperador homenageado e do poder político que ele representava. Um ritual que teve início bem antes de sua instalação no centro da antiga Praça da Constituição.

A idéia de homenagear o imperador D. Pedro I, ainda em vida, com um monumento teve início em 1825 e teve a aprovação do próprio imperador. Reelaborada por diversas vezes durante o segundo reinado, a homenagem ganhou força em 12 de outubro de 1855, dia do aniversário do imperador D. Pedro I (já falecido). Nesse dia, foi lançada a pedra fundamental onde foi enterrado no local uma caixa com medalhas da estátua, moedas do reinado de Pedro I e de Pedro II, o auto da estátua e a versão original da Constituição³².

²⁹ Fonte: <<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/search?q=d.+pedro+i>>. Blog de Vera Dias coautora de “Os Monumentos do Rio de Janeiro: Inventário 2015.”

³⁰ Knauss, Paulo. *A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, v.V. n°4 out. /Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>>.

³¹ Idem. 30

³² Idem. 30

Portanto, o monumento representava um elemento muito importante para reafirmar a idéia de um império nos trópicos. Todo seu ritual fazia referências a um conjunto de informações que devem ser conectadas para a construção de uma nação. Para Paulo Knauss³³,

O conjunto escultórico inaugurado em 1862 na cidade do Rio de Janeiro marcou a história da escultura no Brasil. Não apenas por seu tamanho, materiais nobres e qualidades artísticas. A estátua equestre de D. Pedro I, também abriu a era da escultura cívica de lógica monumental que mobilizava a sociedade em torno do culto da nação. (KNAUSS. 2010).

A escolha do lugar como referência para instalação do monumento foi objeto de análise também por parte de Maria Eurydice de Barros Ribeiro em “*Memória em Bronze (1999)*”³⁴:

Representada em bronze, a figura do herói lançou um desafio ao tempo, revestindo-se de múltiplos significados. Localizada no centro da capital do império, buscava atrair a atenção dos passantes procurando cumprir o papel que lhe fora destinado e lembrando que outrora fora, ele próprio, o centro dos acontecimentos fundadores do império: a independência e a Constituição. (RIBEIRO. 1999, p. 18).

O desejo de um grupo político sendo apresentado como se fosse o desejo de todos do Império Brasileiro: “*Embora apresentada como o desejo de todos os brasileiros, trata-se, de fato, da expressão de um grupo politicamente representado que pretende levar a cabo a ideia.*”³⁵

No monumento, D. Pedro domina com a mão esquerda um possante corcel e com a direita exhibe a Constituição de 1824. Abaixo do herói, figuras indígenas representando os grandes rios Amazonas, Madeira, São Francisco e o Paraná, além de animais e plantas típicas da mata e flora brasileira. Placas indicam as províncias que faziam parte do império brasileiro no período em que o príncipe era regente do país. As armas do império e as inscrições “A D. Pedro Primeiro, Gratidão dos Brasileiros”, estão na parte superior da face principal. O gradeamento que contorna e protege o monumento exhibe uma série de eventos históricos em que o herói da Monarquia Brasileira estava inserido e foi o protagonista: ano de seu nascimento (12 de outubro 1798)

³³ Idem. 30

³⁴ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. In: KNAUSS, Paulo (Org.). Cidade Vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sete Letras, 1999.

³⁵ Idem. 34

(figura 6), dia da independência (7 de setembro 1822), título defensor do Brasil (13 de maio), anos de seu primeiro e segundo casamentos (06 de novembro e 17 de outubro), dia do Fico (09 de janeiro) (figura 7), dia da aclamação como primeiro imperador do Brasil (12 de outubro) (figura 8).

Figura 6 – 12 de outubro de 1798 (Nascimento de D. Pedro I)



Fonte: O autor, 2015.

Figura 7 – 9 de janeiro de 1822 (Dia do Fico)



Fonte: O autor, 2015.

Figura 8 – 12 de outubro 1822 (Aclamação como primeiro Imperador do Brasil)



Fonte: O autor, 2015.

O monumento apresenta uma lista de fatos históricos ligando o homenageado, o herói, à nação, criando um laço de tradição que faz de D. Pedro I um personagem de vital importância para o Brasil no sentido de que foi ele, para alguns, o “libertador” de nossa pátria quando proclamou a independência, cortando os laços que nos uniam a Portugal.

Enfim, são tantas informações sobre o personagem e o Brasil que o monumento fala por si mesmo. Possui uma história dentro da história e, procurando misturar a história pública com a privada, as informações contidas no monumento superam a relação entre memória e o esquecimento, pois, gravado no mármore para a eternidade, a história está “presa”, não consegue escapar.

O conjunto escultórico, nas palavras de Paulo Knauss (2010), encontrava-se completo no dia de sua inauguração: o espaço arborizado e seus caminhos de chegada e saída, levando-nos às referências políticas da capital do império; o lugar definido politicamente em um ato histórico: a Praça da Constituição; e, finalmente, o monumento em seu centro: o herói da construção da nação perpetuado.

Jacques Le Goff (1990) lembra que do sentido em que os monumentos são transformados nas sociedades modernas, muito mais do que fazer lembrar o passado de um grupo social, permanece existindo, perpetuando uma sociedade, uma forma de viver, uma tradição histórica. *“O monumento tem como característica o ligar-se ao poder da perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva). ”* (LE GOFF, 1990, p. 533).

Nesse sentido, o monumento em questão, justifica o movimento de aproximação entre a memória que se quer guardar e a história que o “autoriza” existir. Muito mais que um objeto estético, ele é dotado de uma intencionalidade que lhe dá, além de um sentido político, a capacidade de transmitir diversos significados. Ele pertence a um imaginário coletivo que o mantém entre as suas memórias de construção de uma nação, celebrando e glorificando o passado nacional, percorre a história com os feitos públicos e privados do herói que, agora, com todas as informações possíveis no objeto, se confundem, se misturam. O privado e o público pertencem à mesma história a mesma memória. Diante do monumento, podemos contar sua história pessoal (casamentos, aniversários, etc.) e sua vida pública (dia do Fico, aclamação como imperador, etc.) Fixo na Praça, o monumento vira um objeto acessível à maioria da população, comunicando as mensagens pelas quais foi construído. A mensagem que dele se espera comunicar.

Construídos por grupos sociais ou instituições que os representam, os monumentos celebram o passado nacional, glorificando feitos heróicos, conquistas, fortalecendo as identidades nacionais – ou, até mesmo criando-as.

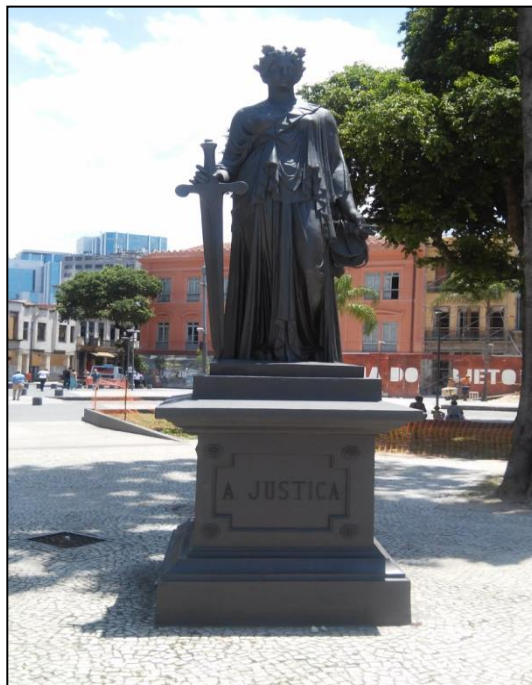
Apresentado ao público em 1862, o monumento objetivava a consolidação de um sentimento de eternidade onde a aristocracia do Império Brasileiro definia a forma com que os brasileiros deveriam entender sua história. A inserção do conjunto arquitetônico “Virtudes das nações modernas” (conforme figuras 09, 10, 11, 12), em 1865, completam esse desejo de não ser esquecido o passado aristocrático.

Figura 9 – A Fidelidade



Fonte: O autor, 2015.

Figura 10– A Justiça



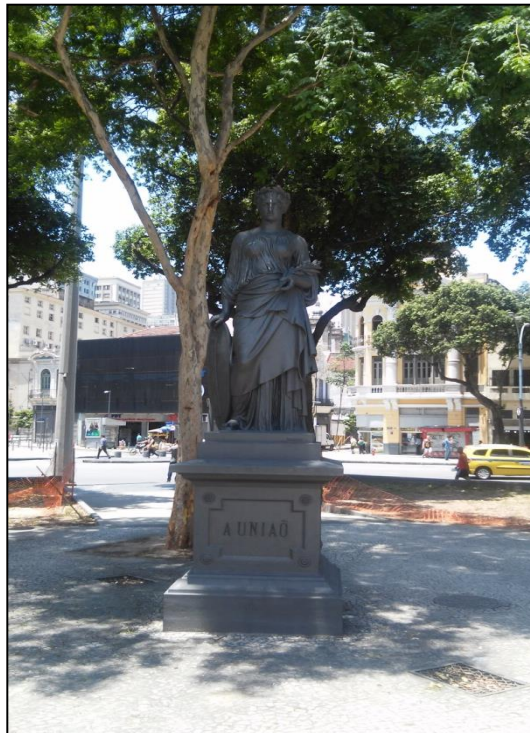
Fonte: O autor, 2015.

Figura 11 – A Liberdade



Fonte: O autor, 2015.

Figura 12 – A União



Fonte: O autor, 2015.

Fidelidade, justiça, liberdade e união, são as características, segundo o grupo social dominante neste momento, que fazem representar uma sociedade moderna no final do século XIX. As mudanças que viriam transformar esse mundo já estavam em acelerada trajetória. A insistência de manter a memória é a vontade de não ser esquecido.

A Praça da Constituição, local de exposição do conjunto de monumentos, era o local ideal para a fixação da memória para o futuro. A Praça fazia referências a um ato político que pertencia ao universo de continuidade de uma história que se liga ao mundo europeu e aristocrático. A Praça pertence a todos os cidadãos, mais ainda, ela pertence a uma tradição histórica.

Segundo Roberto Lobato Corrêa, a localização espacial do monumento, dentro da cidade, é fundamental para transmissão das informações desejadas:

Por meio da necessária espacialidade que o monumento tem, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. (CORRÊA, 200, p. 04)

O monumento a D. Pedro I na Praça da Constituição está de acordo com o seu sentido histórico e dentro de tudo aquilo em que os modernos julgavam ser o seu passado. O juramento feito por D. Pedro I na Constituição Portuguesa de 1821 representa não somente um ato político, mas também uma relação com o mundo privado do herói. Pois, mesmo sendo um príncipe no Brasil, D. Pedro I era português, o seu juramento, além de político, era um juramento também de sangue: respeitar a constituição portuguesa e não desfazer os laços de família com a casa de Bragança e com as cortes européias.

A longa permanência do monumento na Praça, desde 1862, mais de 150 anos, faz acreditar que ele cumpriu seus objetivos: permanece intacto, contando a história de seu herói e seu grupo social.

Mas, como o ineditismo de ter sido o primeiro monumento em Praça pública no Brasil, o monumento caracteriza-se, também, por um paradoxo sem precedentes. A Praça da Constituição, local exclusivo de sua exibição, com a troca no poder de grupos sociais, em 1889, sofre a intervenção justamente em seu sentido histórico.

A mudança na nomenclatura da Praça para Praça Tiradentes desfaz o sentido de continuidade histórica do herói com o seu povo. O povo que D. Pedro I tentou consolidar com

raízes na história européia e universal. Perdeu-se o caminho entre o passado e o presente em que o monumento se referia. O monumento não pertence mais à Praça, a Praça não definia mais seu passado.

2.4 – Tiradentes e a problemática do lugar

A intervenção dos republicanos no lugar de memória dos monarquistas na Praça da Constituição foi emblemática e conflituosa.

O desejo de modificar o nome da Praça dando um novo significado, buscando no passado uma memória para substituir no presente a memória imposta pela monarquia, na figura de D. Pedro I, além de produzir um conflito de memórias foi, também, um desejo de produzir o esquecimento da história e dos personagens de nosso passado colonial e monárquico substituindo-o por outro herói: agora, um herói republicano.

Um ano após assumirem o poder em 1889, os republicanos mudam o nome da Praça da Constituição para Praça Tiradentes, com um Edital de Municipalidade de 21 de fevereiro de 1890, de forma a forjar a memória desse herói morto pelos monarquistas.

A homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um súdito do Império Brasileiro que, juntamente com outros inconfidentes, na província de Minas Gerais, rebelou-se contra a Coroa Portuguesa, além de ser uma provocação política, é uma tentativa de substituição de uma memória de um regime superado naquele momento histórico, a Monarquia, por outro regime, o Republicano.

A homenagem ao alferes, impondo seu apelido na Praça em 1890, referia-se ao centenário de sua morte, que só ocorreria em 1892. Como é de conhecimento de todos, Tiradentes foi preso por conjurar contra o Império. Julgado e condenado teve sua pena executada em 1792.

Com a chegada da República em 1889, todo o conjunto espacial e escultórico na Praça da Constituição e, principalmente, o monumento equestre em homenagem a D. Pedro I simbolizando o poder do Estado monárquico, foram colocados em cheque pelo grupo político que chegava ao poder. As interpretações diversas sobre o que representava o monumento já tomavam conta dos jornais antes mesmo de sua inauguração em 1862 – como vimos no capítulo 1: “O ESPAÇO QUE

PERTENCE A MEMÓRIA” – e passou a representar um outro aspecto: a batalha entre Monarquia e República pela manutenção e construção da figura do herói nacional.

O conflito continuou após a proclamação, agora representando correntes republicanas distintas. Em 1893, o clube de Tiradentes tentou encobrir a estátua de Pedro I para as comemorações do dia 21 de abril. Houve protestos, e as comemorações acabaram sendo canceladas. (CARVALHO, 1990, p. 61)

A transformação de Tiradentes em herói, provocou uma profunda mudança na construção de um dos personagens da Inconfidência Mineira (1789): Joaquim José da Silva Xavier. Preparado para contrapor-se ao herói da Monarquia, Tiradentes foi caracterizado com uma personalidade contaminada pela religiosidade deixando seu lado rebelde – lembrando que o alferes participou de uma revolta contra o governo monárquico – esquecido. O intuito dessa transformação era aproximar Tiradentes a uma divindade. Elevando-o ao nível de um santo que lutou contra a opressão do poder pela República. Não existiam retratos de Tiradentes até aquele momento, mas ele começou a ser retratado com uma semelhança muito próxima a Jesus Cristo. Em José Murilo de Carvalho³⁶:

Mais tarde, em 1928, Villares (Décio) voltou a retratar o inconfidente³⁷, dessa vez em óleo. Na nova obra, claramente um desenvolvimento da primeira, a força das cores e a maior estilização da figura – cabelos e barbas menos revoltos – acentuava ainda mais a semelhança com Cristo, pelo menos com o Cristo adocicado da maioria das representações. (CARVALHO, 1990, p. 65)

Em *A Formação das Almas* (1990), José Murilo de Carvalho faz uma profunda análise da tentativa por parte dos republicanos na construção do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em herói, antes mesmo do fim do regime da monarquia, recuperando sua postura de honra e heroísmo diante da iminente morte por enforcamento. Tiradentes passa a representar o

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.

³⁷ Décio Villares (1851-1931), pintor escultor e desenhista brasileiro. Na primeira versão pintada por ele do Alferes, ele apresentava Tiradentes com cabelos e barba revoltos, muito distante da segunda versão.

ideário de um ativista que tem a República como ideal de vida, transformando-se em um exemplo público.

Ao que parece, o primeiro conflito político em torno da figura de Tiradentes ocorreu em 1862, por ocasião da inauguração da estátua de D. Pedro I no então largo do Rocio, ou Praça da Constituição, hoje Praça Tiradentes. A ocasião e o local eram a própria materialização do conflito. No lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha que o condenara a morte infame. (CARVALHO, 1990, p. 60).

A tentativa de apresentar um novo herói para o novo estado brasileiro, agora republicano, esbarrava na vontade de construir um monumento em homenagem a Tiradentes em substituição a de D. Pedro I, apesar de, em um primeiro momento, por um ato político, a mudança na nomenclatura da praça não representou protestos significativos, a retirada do monumento em homenagem a D. Pedro I foi diferente. Protestos tanto de monarquistas quanto de republicanos, desde o seu encobrimento pelo Clube Tiradentes em 1902, fizeram o governo republicano recuar e propor a instalação do monumento em homenagem a Tiradentes na antiga Cadeia Velha, hoje, em frente à Câmara dos Deputados na Praça XV, onde o inconfidente ouviu a sentença de morte. Feito em bronze, o monumento foi inaugurado em 06 de maio de 1926³⁸.

Apesar de apresentar uma necessidade por parte do grupo político que, naquele momento, chegava ao poder e desejoso em criar suas memórias, os republicanos procuraram intervir não somente na memória coletiva que permanecerá para o futuro ao trocar o nome da Praça da Constituição para Praça Tiradentes. Era fundamental a mudança na questão do herói nacional.

Os regimes políticos buscam legitimar seu poder expressando-se simbolicamente. Com tudo isso, a construção do herói republicano esbarrava no problema da legitimidade popular a partir do momento em que Tiradentes não emergiu dos movimentos populares por sua liderança ou atos de bravura. Tiradentes precisou de uma elaboração mais complexa, a questão divina, por exemplo, que o manteve dentro de um circuito da elite que deixava o Império e participava do poder na República. Segundo Maria Eurydice de Barros Ribeiro³⁹,

³⁸ Os Monumentos no Rio de Janeiro: inventário 2015. Prefeitura do Rio de Janeiro. 2015, p. 73.

³⁹ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. In: KNAUSS, Paulo (Org.). Cidade Vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Sete Letras, 1999.

Substituído por Tiradentes, D. Pedro I continuou na mesma praça em que sua estátua em bronze foi erguida a praça, todavia, mudou de nome. Hoje chama-se Tiradentes, e a convivência cívica dos dois personagens revela que, também aí, a elite política encontrou uma solução conciliatória. (RIBEIRO, 1999, p. 28)

O monumento permaneceu incólume. O nome da Praça ganhava uma nova denominação, para um novo herói. Mas, o monumento em homenagem a D. Pedro I continuava ocupando o espaço dentro da Praça que agora se chamava Praça Tiradentes. Para a professora Maria Eurydice de Barros Ribeiro, a solução conciliatória de manter o monumento de D. Pedro I, herói da Monarquia, com nome da Praça Tiradentes, herói dos republicanos, *“permanece como um instrumento de educação política conservadora a serviço do poder”* e o monumento a D. Pedro I,

Embora símbolo de uma expressão histórica do passado, soube atualizar o seu conteúdo originário. D. Pedro convive hoje com Tiradentes, promovendo uma ideia maior de liberdade, que não se vincula mais a monarquia, mas que também não permite o seu esquecimento. (RIBEIRO, 1999, p. 28)

Mas, ao manter o monumento em homenagem a D. Pedro I em um seu local de origem e mudando a designação da Praça da Constituição para Praça Tiradentes, os republicanos transformaram o espaço da praça em um local com duas ou mais memórias possíveis, criando um paradoxo de memórias e informações conflitantes.

A força do nome do herói republicano, depois de um século de preservação de sua memória, continua a ser o principal elemento que mantém a praça com essa designação. Mas o imaginário popular fixou outro ponto importante. Para boa parte dos cidadãos comuns o local da praça é o local de execução do alferes Tiradentes. Local esse que não está estabelecido de forma exata até os dias atuais.

O desejo de mudar a importância do lugar impondo um novo nome para a Praça, dando um novo sentido histórico e, conseqüentemente um passado que justifique o presente, esbarrou, também, na incerteza da exatidão do lugar em que o alferes foi executado.

Em 1926, Delgado de Carvalho (1884-1980), geógrafo francês, radicado no Brasil, publicou a *“História da Cidade do Rio de Janeiro”* onde procurou contar a história da cidade através dos governantes portugueses aqui estabelecidos, deixa claro a falta de certeza quanto ao lugar exato da consumação da pena a Tiradentes:

Quanto ao lugar exato da execução de 21 de abril de 1792, ainda não ficou bem determinado o ponto; há divergência entre historiadores. Deu-se, segundo Vieira Fazenda, na parte do campo de S. Domingos à qual cabia o nome de “campo do Polé”. Ficava o patíbulo da Lampadosa, pois os soldados da formatura estendiam-se até a Rua do Piolho (hoje, Rua da Carioca) (CARVALHO, 1994, p. 62).

A pesquisadora Roberta Oliveira, em *Praça Tiradentes* (2000), estabelece outro lugar para o enforcamento: a esquina da Avenida Passos com a Rua Buenos Aires, onde, a princípio, tradicionalmente o evento ocorria. Baseando-se no historiador Milton Teixeira, profundo conhecedor da história da cidade, a pesquisadora declara:

Tendo em mãos um mapa da biblioteca Nacional datado de 1758-1760, Milton Teixeira mostra o local exato da execução. Marcado pela palavra “forca”, este ficaria algumas centenas de metros da atual Praça Tiradentes, mais precisamente na esquina da Avenida Passos com Rua Buenos Aires. (OLIVEIRA, 2000, p. 20).

Apesar das profundas discordâncias de historiadores e pesquisadores deste momento para a história da República, o local do enforcamento não está estabelecido corretamente. A Praça Tiradentes representa o personagem, não o fato histórico. Mas a memória do alferes, sua trajetória como herói da República, continua a pertencer ao lugar. O nome da Praça foi modificado pelos vencedores do novo regime, o grupo que controla o presente modificando o passado.

Como tentativa de pôr fim a este conflito, o prefeito General Ângelo Mendes de Moraes⁴⁰, que governou entre 1947 a 1951 o então Distrito Federal, como era chamado o Rio de Janeiro, capital do Brasil, em meados do século passado, muda o nome da Praça para Praça da Independência. Apesar de ter sido um ato político e, portanto, uma imposição, o conflito de memórias que estava em curso, não deixou brechas para uma nova intervenção no imaginário popular. O novo nome não pegou.

⁴⁰ General Ângelo Mendes de Moraes (1894-1990), foi militar e político brasileiro. Exerceu o cargo de prefeito do Distrito Federal no Rio de Janeiro de 16 de junho de 1947 a 24 de abril de 1951.

O novo título, Praça da Independência, no entanto, não teve aceitação popular e ainda recebeu muitas críticas por parte dos intelectuais da época. Assim que o General Mendes de Moraes deixou de ser prefeito, o local voltou a ter o nome de Tiradentes. (OLIVEIRA, 2000, p. 23)

Como vimos, há uma forte ligação entre o lugar de memória de D. Pedro I e da Monarquia Brasileira e Tiradentes (o herói republicano). O lugar está ocupado por duas memórias distintas, dois heróis que tinham ideologias políticas diferentes. A convivência desse conflito de memórias em relação ao lugar configura-o como um espaço aberto a várias representações e significados.

Apesar do conflito de memórias ocuparem uma boa parte das discussões no início do século XX, os republicanos não conseguiram retirar o monumento a D. Pedro I do centro da Praça. Os motivos vão desde o monumento ter que ser tratado como uma obra de arte que pertence à cidade cultuada por muitos intelectuais e, principalmente, a configuração do grupo que chega ao poder com a República não se diferenciar profundamente do grupo anterior; os monarquistas. A elite do Império permanece ativa com a República.

A partir de meados do século XX o conflito de memórias entra em uma fase de aceitação do paradoxo de duas memórias ocupando o mesmo espaço. O governo Republicano transformou Tiradentes em herói, declarando em 21 de abril feriado nacional e os governos militares, durante o regime de secessão no Brasil, transformou, em 1965, através de Lei, Tiradentes como patrono cívico da nação brasileira. Mas, o nome do lugar não condiz com o monumento que o ocupa; o monumento não define o nome do lugar.

Ao manter os elementos históricos que pertenciam a D. Pedro I e ao regime monárquico (o monumento em si, as estátuas com referências às virtudes das nações), trocando somente seu nome, o regime republicano não conseguiu fazer esquecer a velha memória – tanto a memória quanto o personagem – e impor uma nova memória.

Hoje, sabemos que na Praça Tiradentes não é o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que domina o corcel de bronze. Mas muitos transeuntes, pessoas que todos os dias atravessam a praça, acreditam até que seja Deodoro da Fonseca! Ou Napoleão! Não existem referências diretas a Tiradentes, nome oficial do lugar, pois as imagens que foram produzidas do alferes, com intuito de fazê-lo parecer com Jesus Cristo, são dos momentos que antecedem sua morte e fazem alusão ao seu martírio. Livros didáticos foram reprodutores dessas imagens.

Portanto, o personagem no monumento, definitivamente, não é Tiradentes. As pessoas comuns sabem disso. Mas ao mesmo tempo, só temos certeza a quem pertence o monumento ao nos aproximarmos e nos informar de cada etapa importante da vida do nosso príncipe “libertador”. Somente perdendo alguns minutos podemos descobrir o personagem, mas não podemos ligá-lo de imediato ao lugar.

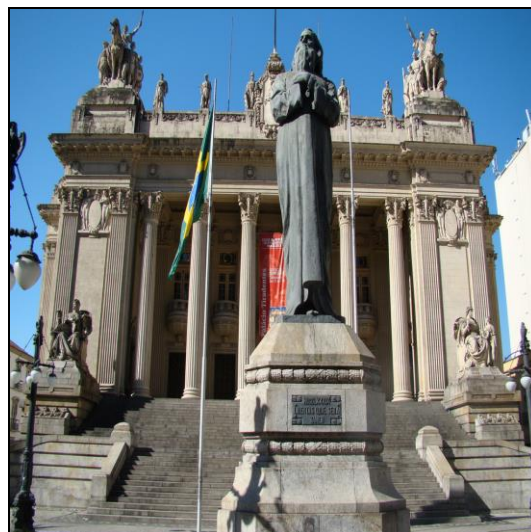
Apesar de ter sido colocado no centro da praça diante dos que desejam manter suas memórias para a eternidade, o monumento a D. Pedro I apresenta a contaminação não só do esquecimento em que todo monumento está fadado a sentir como também parece estar fora do lugar em um espaço de conflito de memórias.

Figura 13 – “Tiradentes”: Quadro em
sanguíneo. Décio Villares



Fonte: Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora.
MG.

Figura 14 – Estátua de Tiradentes



Fonte: Os Monumentos do Rio de Janeiro:
Inventário 2015.

CAPITULO 3 – O MONUMENTO “FORA DO LUGAR”

Assim como lembrar, esquecer é uma arte.

A velocidade com que vivemos não nos permite um olhar mais atento aos lugares em que estamos atravessando, se esses lugares são lugares de memória (construídas por algum grupo social) e a qual memória realmente ele pertence. É comum não enxergarmos os monumentos de nossas cidades, já que eles estão ali o tempo todo, eles existem em si, mas como de costume, nós não os percebemos, estamos acostumados com eles, não paramos para verificar suas histórias que os fazem pertencer e ocupar um lugar na nossa memória. Passamos tão rapidamente por eles todos os dias que não sentiríamos sua falta se o acaso, em alguma intervenção do Estado – por exemplo, sua modificação espacial⁴¹ – fossem retirados dos espaços que ocupam. Mas, ao mesmo tempo, nosso presente, tenta recuperar todos os passados possíveis, uma alucinada acumulação de lembranças para não esquecer. Um fenômeno que define o passado como um tempo que devemos privilegiar ao invés do futuro que caracterizou as primeiras décadas do século passado.

A capacidade que temos, no presente, de preservar o passado esbarra no paradoxo em que a memória coletiva transformou-se: mantemos o passado exposto no presente, mas, ainda assim, é um passado frágil, pois temos o fim da sua lembrança no grupo social que o produziu quando esse mesmo grupo social desaparece no presente⁴².

Estas duas contestações convidam o caráter paradoxal da memória coletiva: sua capacidade de conservar o passado e sua fragilidade devido ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com membros deste último. (DAVALLON, 2015, p. 23).

⁴¹ Caso interessante a ser verificado é o monumento em homenagem aos imigrantes que ficava na Praça Mauá em baixo da Perimetral na cidade do Rio de Janeiro na altura onde hoje se situa o Píer Mauá. Com as obras, iniciadas em 2014 para os Jogos Olímpicos de 2016 e o objetivo de criar um Boulevard Olímpico, a Perimetral foi implodida para dar lugar a uma via expressa e arborizada e com o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), o monumento em homenagem aos imigrantes foi retirado de seu lugar de origem sem a informação de seu novo posicionamento. Porta de entrada de escravos, mercadorias e imigrantes, a Praça Mauá sofreu as intervenções urbanas para os projetos de “modernização” desejados por um grupo político de empresários. A retirada do monumento em homenagem aos imigrantes fere e destrói um passado de construção do Brasil. Tentamos localizá-lo, através de contatos com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sem sucesso.

⁴² DAVALLON, Jean. In, Papel da Memória. Pontes, 2015.

Voltamos, então, ao problema do significado do passado representado em seus símbolos no presente.

Cumprimos no presente a tarefa de preservar os monumentos – não só pelo aspecto de uma memória coletiva que o produziu, mas também pelo seu sentido de obra de arte – como um desejo de não esquecer o que foi o passado para “todos” dentro de um território delimitado. A nação ainda é um fim, no que representa a memória.

O monumento é a justificativa de um valor histórico, produzido no século XIX, nas palavras Riegl (2014):

Na perspectiva do valor histórico, o monumento é testemunha de uma época, de um estágio na evolução humana que pertence ao passado. Por ser portador de uma dimensão documental, o monumento deve ser o mais fiel possível ao aspecto original que lhe foi dado no momento da criação. (RIEGL, 2014, p. 15).

Andreas Huyssen (2000) ao analisar a preocupação em que a atualidade – apesar de toda a velocidade – tem por guardar o passado, um passado cada vez mais “*múltiplo*”, “*tornando a memória uma obsessão*”. Estamos vivenciando uma emblemática cultura da memória no presente onde procuramos restaurar centros urbanos, produzindo *idades-museus* onde “*Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos nossos papéis neste processo*”. Lembra ainda, que o presente assume uma responsabilidade muito distinta do que era o mundo moderno em *fin de Siècle*.

Se a consciência temporal da alta modernidade no ocidente procurou garantir o futuro, então pode-se argumentar que a consciência temporal do final do século XX envolve a não menos perigosa tarefa de assumir a responsabilidade pelo passado. (HUYSEN, 2000, p. 17-18).⁴³

Não lembramos mais para o futuro. Lembramos mais pelas responsabilidades com o passado. Responsabilidades perigosas que faz o presente, no que diz respeito à memória, produzir seu oposto: o aumento e o acúmulo de memórias vêm acompanhados de um espetacular

⁴³ Huyssen, Andreas. Seduzidos Pela Memória. Aeroplano. 2000.

esquecimento. Pois, continuamos escolhendo o que lembrar, “enquadrando” (POLLAK, 1989) as lembranças, mesmo que o nosso desejo do que lembrar, ainda esteja ligado a uma ideia de um passado comum.

A memória e o esquecimento estão ligados de forma tão espetacular que a obsessão contemporânea por guardar o passado revela um pânico público frente ao esquecimento.

É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobre carga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de explosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento? (HUYSEN, 200, p. 19)

Apesar da tentativa de guardar em demasia o passado, o presente está desorientado e inseguro. As sociedades modernas tinham um *“corpo social pleno, em que todos os homens conheciam seu lugar sem duvidar da ordem do mundo”*⁴⁴. Segundo Gilles Lipovetsky e Jean Serroy (2011), os pontos de referência coletivos desapareceram e não estamos em condições de imaginar um futuro baseado em princípios coletivos que organizem o nosso presente.

Quanto mais os princípios do liberalismo moderno – o indivíduo, o mercado – governam o mundo democrático, mais ficamos desamparados diante do seu curso. Jamais tivemos acesso a tantas informações, jamais o conhecimento detalhado sobre a situação do mundo foi tão grande e jamais o sentimento de compreensão de conjunto dele pareceu tão frágil e confuso. Eis-nos destinados a uma desorientação inédita, excepcional e ao mesmo tempo planetária: esse é um dos grandes traços experimentados pela cultura-mundo. (LIPOVETSKY & SERROY, 2011, p. 18-19).

Uma desorientação que nos faz olhar o monumento como algo que passou pelo nosso presente, mas representa um patrimônio cultural que devemos guardar, manter, cuidar fazer existir, mesmo que seu sentido não esteja tão claro para aquele que deseja guardar.

Néstor Garcia Canclini, em *“A Sociedade sem Relato, Antropologia e Estética da Iminência”* (2012), discute a formação do patrimônio cultural nas sociedades modernas, diante do presente tão *“múltiplo”* (HUYSEN, 2000), com vários outros personagens fazendo parte e

⁴⁴ LIPOVETSKY e SERROY. A Cultura Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada. Companhia das Letras 2011.

contando outras histórias possíveis, diz que vivemos um momento em que “*um mundo acaba não só quando é preciso arquivar as respostas, mas também quando as perguntas que a originaram perdem sentido*”.⁴⁵

Para Canclini (2012), vivemos um tempo em que os objetos – os monumentos, por exemplo – que explicavam uma forma de “ver” o mundo, não pertencem mais ao presente. O exemplo dessa fase vivida pelas sociedades ocidentais modernas é a relação que se tem hoje com a ideia de patrimônio cultural, seu significado primário, tentando responder à questão fundamental: “o que é um patrimônio cultural da humanidade? ”, hoje, provoca o presente.

Construídos através de uma série de “*coincidências de alguns grupos na valorização de bens e práticas que os identificam*”, os bens tornados patrimônios de uma nação fazem parte de uma simulação perversa para Canclini:

Fingem que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugerem que essa fratura não tem importância diante da grandiosidade e respeito ostentados pelas obras patrimonializadas. Desinteressam-se pelo que é demonstrado por centenas de estudos sobre o lugar dos indígenas, das mulheres e dos pobres urbanos: a diversidade das memórias nacionais, a discriminação das memórias subalternas e seu arrasamento nas guerras e ditaduras. (CANCLINI, 2012, p. 71).⁴⁶

Embora pareçam pertencer a todos, os bens patrimoniais de uma cidade, reunidos por uma sociedade, não pertencem “*realmente a todos*”. Fazem parte de uma construção de grupos sociais que, uma vez no poder, trabalharam ativamente para não serem esquecidos. Durante muito tempo acumulando sua história.

A ideia principal do que representa o patrimônio cultural mundial, segundo a Convenção da UNESCO⁴⁷ de 1972, que é o órgão que rege e dá sentido e valor ao conceito, o patrimônio cultural pode ser bastante variado. Representam grupos de edifícios, esculturas pinturas, inscrições nas cavernas a monumentos, o que nos interessa no momento. São considerados bens de “*excepcional valor universal*” pelo seu caráter histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico e devem fazer parte do patrimônio comum da humanidade. Ainda

⁴⁵ CANCLINI, Néstor Garcia. A Sociedade sem Relato, Antropologia e Estética da Iminência. Edusp, 2012.

⁴⁶ Idem 44

⁴⁷ Unesco: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

temos, nessa mesma orientação, o patrimônio cultural imaterial que são as criações orais, saberes, rituais festivos e técnicas artesanais⁴⁸.

A lista de patrimônio cultural mundial é extensa. Extrapola os continentes, apesar de localizar na Europa o maior número de exemplares de patrimônios. Muito pelo motivo de ter sido na Europa que esse movimento de preservação começou (CHOAY, 2001).

Os bens culturais, os da lista da UNESCO, foram declarados excepcionais (valor histórico e cultural) e, portanto, devem ser preservados, pois fazem parte de um momento histórico para a humanidade. Os objetos e lugares apontados na lista *“transcenderam a ponto de se tornarem admiráveis para outras sociedades”*, continua Canclini, *“bens foram declarados “patrimônio da humanidade” por seu “valor excepcional”. Excepcionais para quem? ”*. Diante de tanta memória produzida no presente, estamos incomodados com o passado imposto? São esses os objetos que geram perguntas sem respostas e que perderam o sentido no presente?

Para Canclini, apesar do *“vazio”* em que os monumentos espalhados pelas grandes cidades estão vivenciando, eles também sofrem intervenções e disputas por *“diferentes atores”*, são as manifestações populares que *“ao se apropriarem do monumento para fazer vibrar uma demanda social ou celebrar o presente, atualizam o seu significado”*.⁴⁹ Um instante, a manifestação, faz o monumento ter um sentido? O espaço está sendo utilizado, o objeto permanece invisível.

O monumento em homenagem a D. Pedro I, instalado na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, não faz parte da lista da UNESCO. Mas ele se encontra em outra lista: a lista de patrimônios tombados do Iphan no Brasil, como vimos no capítulo 2 (O Monumento a D. Pedro I: A Tentativa de não esquecer). Tombado em 1999 e, portanto, faz parte de um “valor” de patrimônio cultural para o cidadão, a cidade e o país. Guardado as devidas proporções – o monumento em homenagem a D. Pedro I está no âmbito de patrimônio de um país e não em um consenso de um patrimônio da humanidade – o sentido de preservação para o futuro de um grupo social é o mesmo, pois trabalhamos com os mesmos sentidos existentes no conceito de patrimônio cultural da humanidade.

⁴⁸ In: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. CONFERENCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Unesco, 1972, p. 2 e 3.

⁴⁹ Idem. 44.

Temos, então, no presente, um estranho aspecto da vontade de lembrar, espalhados nos espaços público das cidades: Os monumentos. Alguns com mais de um século em exposição nas praças públicas que apresentam o desgaste não só do tempo medido em dias e horas, mas de seus significados. Suas definições – quem é o representado? O que ele quer nos dizer? Qual história está sendo contada? Para que ele serve? – não pertence mais ao presente, mas eles estão ali, parados imóveis, eternos. Solitários e ocupando os lugares de memória, os monumentos insistem em permanecer.

Hoje, o que estamos presenciando é uma melancolia desses espaços, principalmente nos lugares onde se encontram instalados os monumentos. Mesmo quando eles são apropriados por manifestações de diferentes grupos sociais no presente, fazendo uma espécie de atualização de significados, mudando não só o significado de seu espaço, mas transformando-os em um não lugar. (Figuras 15, 16 e 17).

Em oposto aos lugares antropológicos, o não-lugar sofre da falta de uma identidade coletiva, de uma relação com o passado e, principalmente, com a história. Esses lugares produzem um sentido de solidão e similitude.

Ao definir o mundo em que vivemos como supermodernidade, Marc Augé (2012) propõe um olhar diferenciado para esses lugares que estão em transformações de sentido em nosso presente. Para Augé *“o mundo da supermodernidade não tem as dimensões exatas daquele do qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar o espaço”* (AUGÉ. 2012, p. 37).

Fazendo uma análise dos lugares antropológicos em nosso presente, Augé demonstra que esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles nos fazem “pretender” ser identitário, relacionais e históricos. São lugares onde:

Concretamente, na geografia que nos é cotidianamente mais familiar, poder-se-ia falar, por um lado em itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e, por outro lado, em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem, que desenharam conferindo-lhes, às vezes, vastas proporções para satisfazer principalmente, nos mercados, necessidades de intercâmbio econômico, e, enfim, centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos, construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras além das quais outros homens se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços. (AUGÉ. 2012, p. 55)

São lugares cuja identidade de um grupo percorre toda uma relação com a história e sua duração, criando “*as condições necessárias para uma memória que se vincula a certos lugares e contribui para reforçar seu caráter sagrado*” (AUGÉ, 2012, p. 57).

Os monumentos expostos nestes lugares antropológicos pretendem ser o principal aspecto de permanência e duração. São elementos de conservação de um passado conservado e definido em um espaço. Pois,

“Sem a ilusão monumental, aos olhos dos vivos, a história não passaria de uma abstração. O espaço social é repleto de monumentos não diretamente funcionais, impotentes construções de pedras ou modestos altares de terra, em relação aos quais cada indivíduo pode ter a sensação justificada de que, para a maioria, eles preexistiam a ele e a ele sobreviverão”. (AUGÉ, 2012, p. 58).

Diferente desses lugares antropológicos, os não lugares não seriam identitários, relacionais e históricos. A supermodernidade, segundo Augé, é produtora de não lugares. O presente “fabrica” espaços onde o lugar imprime um sentido de individualidade e solidão. Os não lugares representam a “*medida de uma época*”.

No livro *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da Supermodernidade* (2012), Augé distingue duas realidades complementares e, ao mesmo tempo distintas, do que ele chama de não Lugar. Em primeiro, os “Não lugares” foram criados para certos fins de locomoção, como a rodoviária, aeroportos estações de trens, shoppings, etc., viajantes cruzando os espaços, repousando e mantendo uma relação consigo e com os outros; e em segundo, é a relação que o indivíduo mantém com esses espaços.

Portanto, não é de se espantar que seja entre os “viajantes” solitários do século XX, não os viajantes profissionais ou os cientistas, mas os viajantes acidentados, de pretexto ou de ocasião, que estejamos aptos a encontrar a evocação profética de espaço, onde nem a identidade, nem a relação, nem a história fazem realmente sentido, onde a solidão é sentida como superação ou esvaziamento da individualidade, onde só o movimento das imagens deixa entrever, por instantes, àquele que as olha fugir, a hipótese de um passado e a possibilidade de um futuro. (AUGÉ 20, p. 81-82).

Apesar de esses lugares criarem uma tensão social, criam, também, uma tensão de solidão. Esses espaços, os Não lugares, estão expondo uma tensão solitária cada vez mais profunda, tendo

em vista que nos sentimos todos turistas, passageiros, até mesmo em um lugar que, por muitas vezes, reconhecemos como lugares antropológicos que antes criavam um “*social orgânico*”, como as praças de nossas cidades em que encontramos os monumentos.

Esta (a supermodernidade) impõe, na verdade, às consciências individuais, novíssimas experiências e vivências de solidão, diretamente ligadas ao surgimento e proliferação de não lugares. (AUGÉ 2012, p. 86).

No mundo de hoje, segundo Augé, os lugares e os não lugares, “*interpenetram-se*”. O Não lugar está presente em um lugar antropológico.

O *conjunto* (“grupo de habitações novas” para o dicionário Larousse), onde não se vive junto e que nunca se situa no centro de nada (grandes conjuntos: símbolo das zonas ditas periféricas), ao *monumento*, onde compartilhamos e comemoramos, a *comunicação* (seus códigos, suas imagens, suas estratégias) à *língua* (que se fala). (AUGÉ 2012, p. 99).

Muito mais do que um lugar possível de entendimento e de consenso no que a memória poderia significar, o não lugar extrapola a expectativa do indivíduo, se hoje ele as tem, em relação ao espaço planejado para não esquecer. Nestes lugares, o presente é o espaço-tempo vivido e experimentado.

Mesmo com uma ressignificação do monumento, diante de passeatas políticas, espaços usados por blocos carnavalescos ou mesmos encontros de torcidas nas comemorações de vitórias, os espaços ocupados por monumentos sofrem com a solidão de um lugar que não somente se transforma em um espaço de trânsito como, também, um lugar que perdeu seu sentido histórico diante da sua distância no tempo e está transformado em um presente constante.

O lugar de memória perde cada vez mais sua relação com o passado do indivíduo na supermodernidade, abrindo uma fenda que só é possível identificá-lo como um espaço solitário, uma solidão do indivíduo, do monumento e sua relação com o seu passado.

Figura 15 – Carnaval na Praça Tiradentes 2016



Fonte:

<https://www.bing.com/images/search?q=carnaval+na+pra%C3%A7a+tiradentes+rj&FORM=HDRSC2>

Figura 16 – Carnaval na Praça Tiradentes 2016



Fonte:

<https://www.bing.com/images/search?q=carnaval+na+pra%C3%A7a+tiradentes+rj&FORM=HDRSC2>

Figura 17 – Feira de artesanato e gourmet na Praça Tiradentes 2016⁵⁰.



Fonte:

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=jpXBo0Mv&id=4C1EAD8AB20E528ADC A12E48298CBAEE5915294D&thid=OIP.jpXBo0MvZvrmyBVvL1S4hgEyDM&q=carnaval+na+pra%C3%A7a+tiradentes+rj&simid=608021822818684531&selectedIndex=30&ajaxhist=0>

⁵⁰ Ao se apropriar do espaço em que os monumentos estão localizados, os “*diferentes atores*”, nas palavras de Canclini (2012), celebram o presente em manifestações públicas. No caso específico do carnaval na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, a Praça Tiradentes é o local da celebração e o Lugar ocupado. Os monumentos Aparecem, como nas fotos 15, 16 e 17, sempre ao fundo “despercebidos”, deslocados de tempo e de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Does anybody here remember Vera Lynn? Remember how she said that we would meet again some sunny day. Vera! Vera! What has become of you? Does anybody else in here feel the way I do? (Pink Floyd, 1979).⁵¹

As questões relacionadas à memória, permaneceram em constante debate em um mundo que se transforma de forma veloz e cada vez mais sem elos com o passado. A memória, que torna a lembrança um momento de melancolia diante do presente, insiste em fazer não esquecer e, ao mesmo tempo, produz o esquecimento.

Vimos como a Praça Tiradentes sofreu várias vezes com o esquecimento. Foram momentos em que a memória de um grupo social apropriava-se do espaço pela importância em que se encontrava. A Praça Tiradentes percorre uma história de lembrar e esquecer, e chega ao momento de uma imposição da memória histórica que a define colocando um “ponto final” na memória que deve permanecer. Mas a intervenção republicana cria o paradoxo de memórias no mesmo espaço-lugar. O monumento a D. Pedro I, no centro da Praça, fica “perdido” no espaço em que habita e no tempo que não lhe pertence.

Construído para um fim específico - o de fazer lembrar - o monumento a D. Pedro I enquadra-se hoje nos aspectos definidos de um lugar de memória que pode se situar em um espaço de não lugar. Pois, cada vez mais o monumento “apaga-se” do campo de visão dos indivíduos que se relacionam com ele todos os dias sem que seja necessário um conhecimento prévio do objeto instalado no centro da praça. Seus símbolos expostos não conseguem permanecer “vivos”, aparentes para os cidadãos. O nome da praça não representa o monumento que lhe dá um sentido histórico e, portanto, não conseguimos definir com clareza que lugar de memória representa esse espaço; o monumento não representa o lugar, pois o homenageado pertence a um grupo social que, com o tempo, está se tornando esquecido. Ao mesmo tempo, o

⁵¹ WATERS, Roger. Vera. Interpret: Pink Floyd. In: Pink Floyd. The Wall. CBS. Uk, US, p1979. 2 discos sonoros. Lado 3, faixa 4. “Vera!” Pink Floyd The Wall. 1979. (EMI). “Alguém aqui se lembra de Vera Lynn? Se lembra quando ela disse que nos encontráramos em um dia ensolarado? Vera! Vera! O que aconteceu com você? Alguém por aqui sente o mesmo que eu?” (tradução livre).

lugar de memória passa por profundas transformações ao ser reelaborado e apropriado no presente por diferentes atores sociais.

Assim, há um entrelaçamento do que seja o lugar e o não lugar, são espaços que nos deixam com um sentimento de solidão, sem uma identidade, por mais informações que ele possua, sem uma liga com o passado. Os “*lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se.*” (AUGE 2012, p. 98).

Por culpa dessa velocidade cotidiana que não nos deixa aproximar o presente e o passado, daí o distanciamento temporal com os personagens analisados, estamos fadados a esquecer suas histórias, aventuras, atitudes, ações e fazer uma relação com as nossas vidas e nossa memória. Os monumentos servem basicamente para nos lembrar de que eles representam um pedaço de nossa história - seja de qual forma for contada - e seu tempo exerceu profundas interferências em nossas vidas. Hoje, eles, os monumentos, servem para fazer esquecer, esquecer o que não se consegue mais lembrar. Como nos diz Pierre Nora: “*os lugares são, antes de tudo, restos.*” (NORA 1993, p. 13). Estão ali para serem lembrados e ao mesmo tempo esquecidos.

O monumento em homenagem a D. Pedro I, dentro de uma praça que leva o nome de seu oponente político, provoca uma reflexão quanto ao que significa o espaço, o lugar, a memória que se pretende lembrar/esquecer e o monumento para o cidadão comum e sua relação com a cidade diante de um presente cada vez mais amplo. Qual a memória que vencerá dentro de alguns anos? Se houver um vencedor neste quadro de total esquecimento em que estamos vivenciando.

Na canção “Vera!”, Roger Walther, vocalista e compositor do Pink Floyd⁵², tenta angustiado fazer com que as pessoas se lembrem de um passado não tão longe de nossas memórias cotidianas. A melancolia da canção nos faz olhar o monumento equestre em homenagem a D. Pedro I e perguntar a todos: “Lembra-se de Pedro I?”

Solitário em uma praça vibrante, o monumento a D. Pedro I assiste seus parques súditos comemorarem seus 150 anos. Salvo pela nossa indiferença, o monumento promete permanecer por muito mais tempo invisível.

⁵² Pink Floyd: grupo de Rock Progressivo muito famoso nos anos 70 do século passado, o disco “The Dark Side of the Moon” (1973), é considerado um dos discos mais importantes do século XX.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida (Organizador). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

ACHARD, Pierre (Org.). **Papel da Memória**. Campinas, SP. Pontes Editores, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo. Perspectiva, 2013.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. 9ª Ed. Campinas. SP. Papirus, 2012.

BERNARDES, Lysia e Maria Therezinha de Segadas Soares. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

BERND, Zilá. **Por uma Estética dos Vestígios de Memórias**. Belo Horizonte, MG. Fino Traço, 2013.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. Porto Alegre, RS. Ed. Abril, 1972.

CANCLINI, Néstor García. **A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência**. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTE, Nireu Oliveira. **Crônicas Históricas do Rio Colonial**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michael de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo UNESP, 2001.

DODEBEI, Vera (Org.) e Jô Gondar. **O Que é Memória Social?** Rio de Janeiro. Contracapa, 2011.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu Tempo**. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

FARIAS, Francisco Ramos de (org.) e Diana de Souza Pinto. **Novos Apontamentos em Memória Social**. Rio de Janeiro. 7letas, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadora). **Rio de Janeiro: Uma Cidade na História**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000.

FREITAG, Barbara. **Teoria da Cidade**. 4ª Ed. São Paulo. Papirus, 2012.

FOSTER, Jonathan K. **Memória**. Porto Alegre, RS. L&PM, 2011.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro. Bem-Te-Vi, 6ª Ed. 2013.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP. Unicamp, 1990.

GOMES, Renato cordeiro. **Todas as Cidades, a Cidade: Literatura e Experiência Urbana**. Rio de Janeiro. Rocco, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo. Centauro, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos Pela Memória**. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean. **A Cultura Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo. Companhia das Letras. 2011.

MAURICIO, Augusto. **Algo do Meu Velho Rio**. Coleção Vieira Fazenda. Editora Brasileira, 1966.

MONTELLO, Josué. **O Baile da Despedida**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992.

NIETSCHE, Friedrich Wilhelm, **Escritos Sobre História**. Coleção Grandes Nomes do Pensamento V.4, Folha de São Paulo, São Paulo, 2015.

KNAUSS, Paulo. **A festa da imagem: a afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro v. V. nº4. Out. /Dez. 2010.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos Lugares**. Projeto História, São Paulo. PUC, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Organizadora). **Cidade: História e Desafio**. Rio de Janeiro Ed. FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberta. **Praça Tiradentes**. Rio de Janeiro. Relume/Damará: Prefeitura, 2000.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo. Ed. Nacional, 1984.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2. N. 3, 1989, p. 3-15.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Os Monumentos do Rio de Janeiro: Inventário 2015**. Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. In, **Paulo Knauss, Cidade Vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro**. (Org.). Et Alii. Rio de Janeiro. Sette Letras. 1999.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP. Unicamp 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: A Sua Essência e a Sua Origem**. São Paulo. Perspectiva, 2014.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

ROSSI, Paolo. **O Passado, a Memória, o Esquecimento: Seis ensaios da história das idéias**. São Paulo. D. UNESP, 2010.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro. Record, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo. Annablume, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em Procissão**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2001.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo Difel, 1983.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. CONFERÊNCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972**. Unesco, 1972.

BLOGS:

Império Brasileiro:

<http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com.br/2012/04/monumento-dom-pedro-i-completa-150-anos.html>:

História dos monumentos do Rio de Janeiro:

<http://www.ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00->

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1372841>

<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/search?q=d.+pedro+i>.

<http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>.

IPHAN (Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional):
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-09-16_Lista%20Bens%20Tombados.pdf

JORNAIS:

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 30 de março de 1862.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 30 de março de 1862.